

SUMÁRIO

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

1. CONTEXTUALIZANDO O NOVO DIREITO CIVIL

63

1. Direito civil: origens e funções contemporâneas	63
2. Para aonde estamos indo? A estrutura teórico-normativa do novo direito civil	65
2.1. O direito civil em sociedades complexas e plurais	67
2.2. Os fins éticos do direito civil contemporâneo	70
3. Um início de século marcado por mudanças	73
3.1. Mudanças na parte geral	73
3.2. Mudanças no direito contratual	78
3.3. Mudanças no direito de propriedade	83
3.4. Mudanças no direito das famílias	85
3.5. Mudanças na responsabilidade civil	94
3.6. Mudanças no direito das sucessões	99
4. Características do direito civil no século XXI	101
4.1. Constitucionalização, despatrimonialização e repersonalização do direito civil	102
4.2. Aplicação direta dos direitos fundamentais às relações privadas	103
4.3. Existência não só de códigos civis, mas também de microssistemas legislativos	106
4.4. O sistema jurídico como um sistema aberto de princípios normativos	107
4.4.1. Há hierarquia normativa entre princípios e regras?	108
4.5. Funcionalização dos conceitos, categorias e institutos civis	108

4.6. A renovação da interpretação no direito civil: a teoria dos direitos fundamentais	110
4.7. Direito civil e tutela preventiva	112
4.8. O direito civil no Estado dos direitos fundamentais: novas funções	115
4.9. Menor relevância da distinção entre direito público e privado	117
4.10. Redução qualitativa da autonomia da vontade	119
4.11. Valorização da igualdade substancial e equivalência material entre as prestações	121
4.12. Valorização da boa-fé objetiva e de suas múltiplas funções	123
4.13. A função social no direito civil	125
4.13.1. Breve referência à função social do contrato no cenário de pandemia ...	126
4.13.2. Planos de saúde: um breve olhar sobre a experiência brasileira	127
4.14. Maior proteção às vítimas dos danos	135
4.14.1. Distinguindo: ilícito civil x responsabilidade civil	136
4.14.2. Tutela contra o ilícito no CPC/2015.	136
4.15. Diálogo das fontes	136
4.15.1. Situações em que, segundo o STJ, não se aplica o CDC	138
4.15.2. Situações em que, segundo o STJ, aplica-se o CDC	141
4.16. Estatuto jurídico do patrimônio mínimo	144
4.17. Ampliação dos espaços de liberdade nas situações subjetivas existenciais	145
4.18. Direito privado coletivo: do sujeito isolado ao sujeito conectado	146
4.19. Direito civil e novas tecnologias	148
4.19-A. STF e redes sociais: o julgamento (2025) sobre o Marco Civil da Internet	150

4.19.1. O direito fundamental à proteção de dados.....	152	1.15. A escritura pública passa a ser obrigatória em todos os negócios jurídicos relativos a imóveis.....	178
4.19.2. A economia do compartilhamento (<i>sharing economy</i>)	153	1.16. A consagração da teoria da aparência	179
4.19.3. Algumas questões sobre a Inteligência Artificial e os algoritmos	154	1.17. A irrelevância do erro ser escusável ou não	179
4.19.3.1. Personalidade às máquinas com inteligência artificial?	158	1.18. A questão da coação	179
4.19.3.2. A questão dos veículos autônomos	158	1.19. A anulabilidade antes da sentença de interdição	179
4.19.3.3. Presença digital também é presença	158	1.20. Contagem do prazo decadencial em caso de anulabilidade	180
4.19.3.4. Aspectos comportamentais negativos: discurso do ódio e <i>fake news</i>	159	1.21. Da licitude dos atos e das atividades jurídicas	180
4.19.3.5. O ECA Digital	159	1.22. Os ilícitos civis	180
4.20. Um olhar para o futuro do dinheiro: vivendo entre <i>blockchains</i> e criptomoedas	159	1.23. A questão das provas	182
4.20.1. <i>Blockchain</i>	160	2. Obrigações	182
4.20.2. Bitcoin	160	3. Responsabilidade Civil	183
4.20.3. Ethereum e outras criptomoedas	161	3.1. Uma disciplina normativa do passado?	183
4.20.4. Finanças descentralizadas (DeFi)	162	3.2. Danos extrapatrimoniais e danos patrimoniais	184
4.20.5. <i>Smart contracts</i>	162	3.3. A consagração legislativa da distinção entre fortuito interno e fortuito externo	185
4.20.6. NFTs	162	3.4. A previsão de uma norma geral sobre a responsabilidade pelo fato da coisa	185
4.20.7. Stablecoins	163	3.5. Fortalecimento dos deveres de prevenção ..	186
1.1. REFORMA DO CÓDIGO CIVIL: CONTEXTO E NOVIDADES PROPOSTAS....	164	3.6. Importantes correções na responsabilidade por fato de outrem	188
Interpretando e contextualizando as propostas legislativas	168	3.7. Transmissibilidade com a herança da possibilidade de exigir danos extrapatrimoniais e patrimoniais	189
1. Parte Geral	168	3.8. Repetição do indébito no caso de cobrança de dívida inexistente (e arbitramento de valor compensatório complementar)	190
1.1. A nova redação do art. 1º	168	3.9. Danos diretos ou indiretos, atuais ou futuros (mas não hipotéticos)	190
1.2. As atualizações terminológicas	169	3.10. A consagração legislativa da teoria da perda de uma chance	190
1.3. Os animais como seres sencientes	169	3.11. A possibilidade, em casos excepcionais, de calcular o dano patrimonial por estimativa ..	191
1.4. A unificação dos prazos da pretensão de reparação civil	170	3.12. Uma via alternativa: um montante razoável correspondente à violação do direito	191
1.5. A adoção da teoria subjetiva da <i>actio nata</i> ..	170	3.13. A indenização no fato concorrente (responsabilidade do lesado)	192
1.6. A previsão do direito à verdade acerca da própria origem genética	171	3.14. A previsão da mitigação de danos	193
1.7. Uma tutela mais moderna dos direitos da personalidade	172	3.15. A previsão dos <i>rescue cases</i>	194
1.8. Algumas questões sobre a integridade física, disposição do próprio corpo e tratamento médico	172	3.16. Reparação integral e previsão de formas não patrimoniais de compensar o dano extrapatrimonial	194
1.9. A questão da recusa terapêutica e a recente decisão do STF	173	3.17. A difícil questão de quantificar os danos extrapatrimoniais: avanços do Projeto	196
1.10. Reconhecimento e preservação da identidade pessoal	175	3.17.1. A ausência de critérios no Código Civil de 2002	196
1.11. Exercícios abusivos de direitos e indenização	175	3.17.2. A quantificação dos danos extrapatrimoniais na CLT	196
1.12. A disciplina do direito à imagem	175	3.17.3. A dificuldade de quantificar o inquantificável	197
1.13. Aprimoramentos na responsabilidade civil do Estado	177	3.17.4. O método bifásico (danos morais individuais e coletivos)	197
1.14. A conformidade com as normas de ordem pública como requisito de validade dos negócios jurídicos	178		

3.17.5. Parâmetros do Projeto para a segunda fase do método bifásico ..	198	7.7. Ampliação da liberdade do testador em prol dos herdeiros vulneráveis (e outras hipóteses de ampliação dos espaços de autodeterminação)	222
3.17.6. A previsão de uma sanção pecuniária de caráter pedagógico ..	198	7.8. Simplificação das formas, aceitação de meios digitais e fim dos testamentos especiais	223
3.18. A definição de limites na sanção pedagógica e a questão da condição financeira do ofensor e da vítima	202	7.9. RETOMANDO ALGUNS PONTOS E CONCLUINDO	225
3.19. Consideração do bis in idem	203	8. Direito digital	227
3.20. A destinação da indenização para fundos públicos	203		
4. Contratos	204	2. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	229
5. Reais	206	1. Uma palavra prévia: distinguindo Teoria Geral do Direito, Teoria Geral do Direito Civil e Parte Geral do Código Civil	229
6. FAMÍLIAS	208	1.1. O Código Civil brasileiro e sua parte geral: um breve sumário explicativo	231
6.1. Redução dos formalismos em relação ao casamento	209	1.2. O que faz parte do direito civil atualmente?	231
6.2. Previsão do divórcio impositivo ou unilateral	210	1.3. O sistema aberto do direito civil: eticidade, socialidade e operabilidade	232
6.3. Previsão do divórcio post mortem	210	2. Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro	234
6.4. Previsão de novos temas em matéria de reprodução humana	211	2.1. Antiga e atual denominação: fundamentos e razões	235
6.5. Alteração da solução diante do pai que não reconhece o filho	212	2.2. O que são normas de sobredireito?	236
6.6. Propostas quanto à tutela, curatela e tomada de decisão apoiada	212	2.3. Fontes do direito: abordagem tradicional e equívocos recorrentes	236
6.7. Fortalecimento da dimensão existencial dos direitos	213	2.4. "Princípios gerais do direito" é uma expressão sinônima de princípios constitucionais?	238
6.8. Retirada do Código das normas sobre separação judicial	214	2.5. Âmbito de aplicação (e possíveis exceções) da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	238
6.9. Disciplina da separação de fato	214	2.6. A existência de lacunas no ordenamento e os mecanismos de integração	239
6.10. Fim do regime de participação final nos aquestos	214	2.7. Vigência, revogação, <i>vacatio legis</i> e <i>desuetudo</i> no ordenamento brasileiro	241
6.11. Fim do regime da separação obrigatória de bens	214	2.8. Eficácia das leis no tempo: a questão do direito intertemporal	245
6.12. Aumento dos atos civis que não precisam passar pelo Judiciário	215	2.8.1. Critérios gerais	245
6.13. Valorização da autodeterminação e do princípio da intervenção mínima	216	2.8.2. Irretroatividade e leis de ordem pública	246
6.14. Reconhecimento da pluralidade de entidades familiares	216	2.8.3. Direito adquirido e constituinte originário	247
6.15. Atualização da linguagem em múltiplos pontos	217	2.8.4. Direito adquirido e constituinte derivado (emendas)	247
6.16. A adoção da sunset clause (cláusula do pôr do sol)	218	2.8.5. A questão da relativização do direito adquirido e da coisa julgada	247
6.17. Mudanças em relação aos alimentos	218	2.9. Eficácia das leis no espaço: a questão da territorialidade da lei	248
7. SUCESSÕES	219	2.9.1. Aplicação da lei estrangeira e o princípio da territorialidade mitigada	249
7.1. Contexto e linhas gerais	219	2.9.2. Sentença estrangeira e o <i>exequatur</i> do STJ	249
7.2. Compatibilização, à luz da decisão do STF, das normas entre casamento e união estável	219	2.9.2.1. Laudo arbitral estrangeiro exige o <i>exequatur</i> ?	250
7.3. Extinção do direito de concorrência sucessória de cônjuges e companheiros com descendentes e ascendentes	220		
7.4. O cônjuge deixa de ser herdeiro necessário	220		
7.5. Ampliação das situações que entram na comunhão parcial	221		
7.6. Importante mudança relativa ao direito real de habitação	221		

2.9.2.2. Decisões administrativas estrangeiras e de tribunais eclesiásticos	251
2.9.3. Prova de fatos ocorridos no exterior.....	251
2.9.4. Direito das famílias e a sua aplicação no espaço (direito internacional das famílias).....	251
2.9.5. Cláusula de eleição de foro estrangeiro e o CPC/2015.....	252
3. As mudanças na LINDB: a <i>publicização</i> do seu conteúdo	252

PARTE GERAL

1. DIREITOS DA PERSONALIDADE	257	6.2.1.3. O caráter <i>in re ipsa</i> do direito à imagem.....	273
1. Dos bens materiais aos bens imateriais	257	6.2.1.4. A análise da função social da imagem.....	273
2. A construção dos direitos da personalidade: contrapondo a dignidade ao horror.....	258	6.2.1.5. Parâmetros de ponderação..	274
3. Compreendendo o conceito de pessoa: um passo além do formalismo	259	6.2.1.6. Direito ao esquecimento: contextualização e dificuldades	276
3.1. As múltiplas dimensões normativas da dignidade.....	259	6.2.2. Direito ao nome	279
4. As democracias constitucionais contemporâneas e as esferas autodeterminativas	260	6.2.2.1. As funções do nome	280
5. Distinguindo direitos da personalidade, direitos fundamentais e direitos humanos	260	6.2.2.1.1. O nome como direito da personalidade	280
5.1. A questão da discriminação e a teoria do impacto desproporcional	261	6.2.2.1.2. O nome como sinal designativo	281
6. Qual a terminologia mais adequada? Entendendo as integridades física, moral e intelectual.....	263	6.2.2.2. A simplificação operada pelo Código Civil	281
6.1. Direito à integridade física.....	263	6.2.2.3. Registros públicos: o princípio da inalterabilidade relativa do nome	282
6.1.1. A questão da exigência médica e a autodeterminação corporal	264	6.2.2.3.1. Erro gráfico evidente...	282
6.1.2. A questão do consentimento informado.....	265	6.2.2.3.2. Prenomes ridículos	282
6.1.3. A questão dos transplantes: entre vivos e após a morte do doador.....	267	6.2.2.3.3. Adoção	283
6.1.4. A questão da recusa de consciência x transfusão de sangue.....	267	6.2.2.3.4. Apelidos públicos notórios	283
6.1.5. A questão dos danos à pessoa morta e os lesados indiretos.....	268	6.2.2.3.5. Fundado temor em razão de colaboração com apuração de crimes	283
6.1.6. A questão da mudança de sexo e mudança no registro.....	269	6.2.2.3.6. Possibilidade de alteração imotivada do nome aos 18 anos.....	284
6.1.7. A questão da tatuagem e a teoria da desigualdade justificada	270	6.2.2.3.7. Naturalização do estrangeiro	284
6.1.8. A questão da autorização para métodos contraceptivos invasivos ..	271	6.2.2.3.8. Cirurgias de redesignação sexual.....	284
6.2. Direito à integridade psíquica (moral).....	271	6.2.2.4. O caráter exemplificativo do rol de mudanças: cláusula aberta	285
6.2.1. Direito à imagem	272	6.2.2.5. Exceções: hipóteses de alteração do sobrenome.....	285
6.2.1.1. O caráter autônomo do direito à imagem.....	273	6.2.2.6. Questões atuais relativas ao nome.....	286
6.2.1.2. O caráter uno do direito à imagem.....	273	6.2.2.6.1. O nome e a multiparentalidade.....	286
		6.2.2.6.2. O nome social	286
		6.2.2.6.3. O direito ao nome e as inovações da Lei n. 14.382/2022	286
		6.3. Integridade intelectual.....	288
		6.3.1. Direitos patrimoniais do autor	288
		6.3.2. Direitos extrapatrimoniais do autor	289
		6.3.3. Questões atuais relativas ao tema ...	290
		6.3.3.1. Biografias não autorizadas ..	290
		6.3.3.2. A questão do discurso de ódio (hate speech).....	291
		7. A opção prioritária pela tutela preventiva	292
		7.1. O <i>bullying</i> e a tutela preventiva.....	293

7.2. Cláusula geral ou <i>numerus clausus</i> ? Os direitos da personalidade como uma categoria aberta.....	294	13.3.1. Consentimento para captação não é consentimento para publicação.....	309
7.3. A tutela (atual) da personalidade: indo além da tutela ressarcitória	294	13.4. Fotos de multidões e direito à imagem.....	309
8. Quais as (reais) características dos direitos da personalidade?	295	13.5. Imagens de crianças e adolescentes	310
8.1. A dupla inerência dos direitos da personalidade.....	296	13.6. Direito à imagem e a condição social do ofendido.....	310
8.2. A transmissão dos efeitos patrimoniais das lesões personalíssimas e a questão da prescrição.....	296	2. UM OLHAR DO DIREITO CIVIL PARA O NOVO	312
9. Direitos da personalidade e danos morais: refazendo o percurso histórico- jurisprudencial.....	297	1. Direitos que estão na pauta do século XXI.....	312
10. Deveres de proteção por parte do Estado.....	298	1.1. Direito à identidade sexual	312
11. Outras questões polêmicas.....	299	1.2. Direito à autodeterminação informativa.....	314
11.1. Direitos de personalidade e pessoas jurídicas: como compatibilizar?	300	1.3. Direito à verdade acerca da própria origem genética	316
11.2. Os animais podem ser considerados sujeitos de direito no século XXI?	301	1.4. Direito de não saber	318
11.2.1. Estatuto Jurídico dos Animais: nova qualificação jurídica em Portugal (Lei n. 8/2017)	301	1.5. Direito à educação domiciliar? A questão do <i>homeschooling</i>	319
12. A liberdade de informar e de ser informado como direito fundamental.....	302	1.6. Direito de não nascer? Um tema mal colocado	320
12.1. As múltiplas fontes de informação: interações em rede	302	1.7. Direito ao tempo útil (e outras formulações como a teoria do desvio produtivo).....	320
12.2. Critérios hermenêuticos: definindo alguns passos	303	2. O extraordinário desenvolvimento da biotecnologia: dilemas éticos e jurídicos.....	321
12.2.1. As liberdades comunicativas devem encontrar limites prévios ao seu exercício?	303	2.1. Questões relativas aos dados genéticos	322
12.2.2. Os abusos, quando configurados, são atos ilícitos	304	2.2. Bioética e autonomia do paciente.....	322
12.2.3. A sátira e o humor, mesmo quando incisivos, devem ser admitidos	305	2.2.1. A questão das Diretrizes Antecipadas de Vontade (DAVs).....	323
12.2.4. O direito de resposta como tutela específica	305	2.3. Direito à morte digna? Distinguindo ortotanásia, distanásia, suicídio assistido e eutanásia	323
12.2.4.1. A lei do direito de resposta (Lei n. 13.188/2015).....	306	2.4. Os novos modos de “engravidar” no século XXI.....	324
12.2.5. Quem responde por danos causados através da imprensa?	306	2.5. Um novo olhar para os riscos.....	326
12.2.5.1. Exige-se da imprensa o grau de certeza da prova judicial?	307	3. O diálogo intergeracional: olhando para o futuro	327
12.2.5.2. Lei de imprensa: não recepção pela Constituição de 1988.....	307	4. Estado de coisas inconstitucional: possíveis repercussões hermenêuticas	328
13. Contextualizando o uso da imagem alheia	307	4.1. A normatividade dos direitos fundamentais: levando direitos a sério	329
13.1. Violação à imagem com ou sem violação à honra: diferenciações.....	307	4.2. Um passo além da retórica: não é uma proteção “se der”.....	329
13.1.1. A questão do <i>false light</i> : o dever de contextualizar as imagens.....	308	4.3. Quanto mais valioso o direito, mais aceitável é o ativismo judicial	329
13.2. O uso da imagem alheia e a questão do eventual proveito obtido	308	4.4. Fazendo conexões teóricas entre direitos sociais e consequências vinculantes.....	330
13.3. Autorizações para uso da imagem: interpretação restrita	309	4.4.1. Poderes públicos	330
		4.4.2. Poderes privados.....	331
		5. Aplicação dos tratados e convenções internacionais às relações civis	331
		5.1. Constitucionalização e convencionalização do direito civil	332
		6. Os princípios e a ponderação de interesses (técnica de balanceamento) aplicada ao direito civil.....	333
		7. A aplicação das normas-regras e a excepcional possibilidade de derrotabilidade (superabilidade ou <i>defeseability</i>) nos casos extremos	333
		8. Aplicação do direito civil e os desacordos morais razoáveis.....	335
		9. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018).....	335

3. PERSONALIDADE CIVIL	339	4. A NOVA TEORIA DAS CAPACIDADES ...	356
1. Personalidade: um conceito chave para o direito civil.....	339	1. Teoria das capacidades: o amanhecer de um novo tempo.....	356
2. Quando tem início a personalidade?	340	1.1. Entre a vida e as regras.....	356
2.1. A questão do nascituro: três teorias explicativas.....	341	1.2. O ser humano como uma fonte de escolhas íntimas que deverão ser respeitadas	357
2.1.1. Teoria concepcionista.....	341	1.3. Um triste passado: vidas confiscadas	357
2.1.1.1. O nascituro como pessoa em estágio peculiar de desenvolvimento	342	1.4. A capacidade como direito fundamental.....	358
2.1.1.2. Nascituro: direitos existenciais x direitos patrimoniais	342	2. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD)	359
2.1.2. Teoria natalista	343	3. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015).....	359
2.1.3. Teoria da personalidade condicional	343	3.1. Dois modelos jurídicos	359
2.2. Há relevância pragmática na distinção?.....	343	3.1.1. Deficiência sem curatela.....	359
2.3. O início da personalidade de acordo com o Código Civil	344	3.1.1.1. Deficientes sem curatela e a Tomada de Decisão Apoiada	360
3. O caráter juridicamente singular do embrião.....	344	3.1.2. Deficiência com curatela.....	360
3.1. A situação do embrião antes da implantação no útero.....	344	3.1.2.1. O perfil funcionalizado da curatela	360
3.2. A situação do embrião depois da implantação no útero.....	345	3.1.2.2. A curatela no CPC/2015.....	361
3.3. A decisão do STF sobre as células- tronco embrionárias	345	4. Um Código Civil de outro tempo?	362
4. O conceito contemporâneo de personalidade: um conceito ético-jurídico.....	346	4.1. Uma análise crítica das incapacidades do Código Civil	362
5. Um novo olhar para os animais?	346	4.2. Um novo olhar para a teoria das (in)capacidades	363
5.1. Há dignidade para além do ser humano?.....	348	4.3. Valorizando a autodeterminação dos adolescentes e pessoas idosas	363
5.1.1. Duas visões teóricas.....	348	4.3.1. Pessoas Idosas: autonomia existencial e patrimonial progressivamente valorizada	363
5.1.2. Uma visão legislativa recente: seres dotados de sensibilidade	348	4.3.2. Adolescentes: não tão incapazes assim (a valorização do discernimento)	364
5.2. Farra do boi e vaquejadas: o olhar do STF	349	5. CAPACIDADE E INCAPACIDADE CIVIL..	366
6. Fim da personalidade da pessoa humana	350	1. Personalidade e capacidade: conceitos que não se confundem.....	366
6.1. Morte real	350	1.1. Existe incapacidade de direito?	366
6.2. Morte civil	351	2. Espécies de incapacidade: incapacidade absoluta e incapacidade relativa	367
6.3. Morte presumida	351	2.1. Suprimento da incapacidade: representantes e assistentes	367
6.3.1. Morte presumida sem decretação de ausência	351	2.1.1. Representantes	367
6.3.2. Morte presumida com decretação de ausência	351	2.1.2. Assistentes	368
6.4. Comoriência	351	3. Hipóteses de incapacidade civil que deixaram de existir	368
7. Ausência	352	3.1. Incapacidade absoluta.....	368
7.1. Quem é ausente para o direito civil?.....	352	3.1.1. Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiveram o necessário discernimento para a prática desses atos	368
7.1.1. Legitimação ativa, curador e foro competente	353	3.1.2. Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.....	368
7.1.2. Fundamento do instituto da ausência	353	3.2. Incapacidade relativa.....	368
7.2. As três fases da ausência	354		
7.2.1. Curadoria dos bens do ausente	354		
7.2.2. Sucessão provisória	354		
7.2.3. Sucessão definitiva	354		
7.3. A ausência no CPC/2015.....	354		

3.2.1. Os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido	368	6.1.3.1.2. Há retorno à incapacidade em caso de viuvez ou casamento nulo? ..	381
3.2.2. Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo	369	6.1.3.2. Exercício de emprego público efetivo	381
4. Hipóteses atuais de incapacidade civil no Brasil	369	6.1.3.3. Colação de grau em curso de ensino superior	382
4.1. Incapacidade absoluta	369	6.1.3.4. Estabelecimento civil ou comercial e relação de emprego	382
4.1.1. Menores de 16 anos	369	7. Estado da pessoa (status): da estrutura à função	382
4.1.1.1. Pequenos atos da vida negocial praticados por crianças.....	369	7.1. Interdição: uma expressão a ser evitada	383
4.1.1.2. Restitutio in integrum e outras situações que beneficiam o incapaz	370	6. PESSOAS JURÍDICAS.....	384
4.2. Incapacidade relativa	370	1. As pessoas jurídicas e seus ciclos históricos.....	384
4.2.1. Maiores de 16 e menores de 18	370	2. Quem pode titularizar relações jurídicas?	385
4.2.1.1. Os incapazes (absoluta ou relativamente) podem responder civilmente por danos causados?	371	3. Início da personificação das pessoas jurídicas: caráter constitutivo do registro	385
4.2.2. Alcoólatras e viciados em drogas.....	371	3.1. Onde realizar o registro?	386
4.2.3. Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade	372	3.2. Necessidade de autorização especial ou de cadastros posteriores à Constituição.....	386
4.2.4. Os pródigos	372	3.3. Ausência e cancelamento do registro	386
4.2.5. Hipóteses conexas	373	4. Características: o que define uma pessoa jurídica?	387
4.2.5.1. A questão da capacidade dos indígenas.....	373	5. As teorias clássicas que tentam explicar a pessoa jurídica: discussão necessária?	388
4.2.5.2. A questão da capacidade dos surdos- -mudos	373	6. Entes não personalizados: quem são?.....	388
4.2.5.3. Deficiências físicas não mentais: paraplegia, tetraplegia e outras doenças incapacitantes.....	373	6.1. Sujeitos de direito que não são pessoas	388
4.2.5.4. O cidadão condenado criminalmente.....	374	6.1.1. Condomínio edilício.....	389
4.2.5.5. O conceito de ilegitimidade no direito material	374	6.1.2. Sociedade não personificada e sociedade irregular.....	389
5. A questão da capacidade em diálogo das fontes.....	374	6.1.3. Herança jacente e vacante.....	390
5.1. Um breve olhar para os incapazes no CPC/2015.....	374	6.1.4. Espólio	390
5.2. Capacidade e negócios jurídicos processuais.....	375	6.1.5. Outras situações possíveis.....	390
5.3. Incapacidade no Código Civil e vulnerabilidade no CDC: distinções	375	7. A teoria do órgão: representação ou apresentação da pessoa jurídica?.....	390
5.3.1. Vulnerabilidade e hipervulnerabilidade	376	8. A teoria da aparência.....	391
5.4. Hipossuficiência e atualidades sobre a inversão do ônus da prova.....	376	8.1. A teoria da aparência <i>versus</i> a teoria <i>ultra vires</i>	392
6. Cessação das incapacidades	377	9. Direitos da personalidade e pessoa jurídica.....	392
6.1. Emancipação	379	9.1. Os chamados danos institucionais.....	392
6.1.1. Emancipação voluntária	379	10. Desconsideração da personalidade jurídica.....	393
6.1.2. Emancipação judicial	380	10.1. Entendendo a desconsideração: a funcionalização do instituto	393
6.1.3. Emancipação legal (automática)	380	10.2. Distinguindo desconsideração de despersonalização.....	394
6.1.3.1. Casamento	380	10.3. Teorias maior e menor: diferenciações e âmbitos de aplicação	394
6.1.3.1.1. Diferença entre autorização para o casamento e emancipação	381	10.3.1. Código Civil e teoria maior: teorias maior subjetiva e objetiva	394
		10.3.2. CDC e teoria menor.....	395
		10.4. Requisitos para a desconsideração	396
		10.4.1. A desconsideração e a Lei de Liberdade Econômica	397

10.4.2. Desconsideração e “sociedades em comum” (sociedade irregular ou de fato)	399	12.2. A responsabilidade objetiva do Estado: tradição constitucional brasileira.....	413
10.5. Aspectos processuais da desconsideração: diálogos entre o CC e o CPC/2015	399	12.2.1. Uma lenta assimilação cultural das mudanças.....	413
10.6. Desconsideração inversa: consagração doutrinária, jurisprudencial e normativa.....	400	12.3. O caráter interdisciplinar da responsabilidade civil do Estado	414
10.7. Outros campos temáticos da desconsideração.....	400	13. As três fases tradicionais da responsabilidade civil do Estado.....	414
10.7.1. A desconsideração e as <i>offshore companies</i>	400	13.1. A quarta (e atual) fase: o Estado como garantidor de direitos fundamentais.....	415
10.7.2. A desconsideração expansiva da personalidade jurídica	401	13.1.1. A teoria dos deveres de proteção....	415
10.7.3. A desconsideração no âmbito da administração pública	401	13.1.2. O princípio da vedação de medidas insuficientes.....	416
10.7.4. A desconsideração e a questão da subcapitalização	401	13.2. Agir e deixar de agir: compreendendo a nova rede de conexões conceituais	417
10.7.5. A desconsideração indireta da personalidade jurídica	402	13.2.1. O Estado como amigo e inimigo dos direitos fundamentais.....	417
10.7.6. A desconsideração e as pessoas jurídicas sem fins lucrativos.....	402	13.2.1.1. O olhar do STF sobre as prisões (estado de coisas inconstitucional e dever de indenizar estatal em razão da situação degradante dos presídios).....	417
11. Classificação e espécies de pessoas jurídicas.....	402	13.2.1.2. O olhar recente do STF sobre a questão das balas perdidas nas operações de segurança pública.....	418
11.1. Pessoas jurídicas de direito público: espécies e forma de criação.....	402	14. Agentes públicos: compreendendo a expressão	418
11.2. Pessoas jurídicas de direito privado	403	14.1. Amplitude conceitual da expressão “agentes públicos”.....	419
11.2.1. Corporações: a prevalência do elemento associativo.....	403	14.2. A questão de o dano ter sido causado por agente público “nessa qualidade”	419
11.2.1.1. Associações.....	403	14.3. É possível propor a ação diretamente contra o agente público?	420
11.2.1.1.1. A questão da exclusão do associado	404	14.3.1. A teoria da dupla garantia	420
11.2.1.1.2. Organizações religiosas e partidos políticos	405	14.3.2. A teoria da inexistência do benefício de ordem	420
11.2.1.1.2.1. É possível o controle de legitimidade das organizações religiosas?.....	405	14.3.3. Visões distintas: STF e STJ.....	420
11.2.1.1.3. As taxas de manutenção e os condomínios de lote	406	14.3.3.1. A questão no STJ	421
11.2.1.2. Sociedades	407	14.3.3.2. A questão no STF.....	421
11.2.1.2.1. Função social da empresa x função social da propriedade	407	14.4. Casos em que o agente público só responde por dolo ou fraude	421
11.2.2. Fundações.....	407	14.4.1. As inovações do CPC/2015.....	422
11.2.2.1. As fundações e a atuação do Ministério Público	408	14.5. Covid-19 e a responsabilização de agentes públicos	422
11.2.2.2. A questão dos fins das fundações	408	15. Responsabilidade civil do Estado por omissão ...	423
11.2.2.3. As fundações podem participar de sociedade?	409	15.1. Omissão genérica e omissão específica	423
11.2.2.4. A polêmica questão das fundações de direito público	409	15.2. O Estado tinha o dever de evitar o dano?	423
11.2.3. O chamado Terceiro Setor.....	410	15.3. A questão das omissões estatais: a culpa é necessária?	424
11.2.4. Os empreendimentos de economia solidária (Lei n. 15.068/2024)	410	15.3.1. Visões distintas: STF e STJ.....	424
12. O Estado no século XXI: contextualização.....	411	15.3.2. Questão pacífica? Um problema posto de forma equivocada.....	424
12.1. Breves precisões conceituais: o que faz surgir o dever de indenizar estatal?	412	15.3.3. Omissão estatal: há uma dualidade constitucional de regimes?	425
		15.3.3.1. A questão no STJ	426
		15.3.3.2. A questão no STF.....	426

15.3.4. O caráter objetivo da responsabilidade do Estado nas omissões	427	5.1. Em relação à pessoa: física/jurídica (de direito público e privado).....	455
15.3.5. Até os subjetivistas estão objetivando?	428	5.1.1. Inserindo o CDC no debate.....	455
15.4. Responsabilidade civil do Estado e violência urbana: já temos respostas?	430	5.2. Quanto ao modo de estabelecimento (voluntário/necessário)	455
16. Responsabilidade civil por atos legislativos e judiciais.....	433	5.3. Quanto ao âmbito espacial (geral/especial)..	456
16.1. Responsabilidade civil por atos legislativos .	433	5.4. A questão do domicílio ocasional	456
16.1.1. Imunidade parlamentar e questões conexas.....	434	5.5. Domicílio da pessoa jurídica.....	457
16.1.2. O dever de indenizar e as leis.....	435	5.5.1. Pluralidade de domicílio da pessoa jurídica	457
16.1.2.1. Leis inconstitucionais	435	5.5.2. O domicílio da pessoa jurídica estrangeira e outras situações processuais	457
16.1.2.2. Leis constitucionais	436	8. BENS.....	458
16.1.3. Omissão no dever de legislar: configuração atual do problema	436	1. Coisas e bens: uma constante confusão conceitual e terminológica.....	458
16.2. Responsabilidade civil por atos judiciais.....	437	2. A necessidade de atualização do conceito de bem no direito civil: “descoisificando” certos bens	459
16.2.1. A questão das prisões preventivas e temporárias: há possibilidade de indenização?	438	3. O conceito de patrimônio	460
16.3. Apenas ilícitos geram dever estatal de indenizar?	439	3.1. O abuso de certas ficções tradicionais: todos têm patrimônio.....	461
16.3.1. Postura teórica e jurisprudencial: a natureza jurídica da teoria do risco	439	4. Os bens como o objeto das relações jurídicas....	461
17. Outras questões	440	5. Classificação dos bens: classificamos por quê? ...	462
17.1. Cartórios: a responsabilidade civil dos notários e registradores e a Lei n. 13.286/2016	440	5.1. Bens em si mesmos considerados	462
17.2. Ações de regresso: um caminho pouco trilhado (resquícios de patrimonialismo?).....	442	5.1.1. Bens móveis e imóveis: visão clássica e atual (desmaterialização dos bens)	462
17.2.1. Direito ou dever do Estado?	443	5.1.1.1. Bens imóveis	463
17.2.2. A partir de quando pode ser proposta a ação de regresso?	444	5.1.1.1.1. Imóveis por natureza .	463
17.2.3. Há prazo prescricional para a ação de regresso?	444	5.1.1.1.2. Imóveis por acessão natural	463
17.2.3.1. Overruling: a nova compreensão do STF sobre o tema	445	5.1.1.1.3. Imóveis por acessão artificial ou industrial .	463
17.3. Prescrição: polêmicas e definições	445	5.1.1.1.4. Imóveis por determinação legal	463
17.4. A questão da denúncia da lide	446	5.1.1.2. Bens móveis	464
17.5. Danos multitudinários: visão atual do problema.....	447	5.1.1.2.1. Bens móveis por natureza	464
17.6. A lei anticorrupção (Lei n. 12.846/2013): aspectos relevantes	449	5.1.1.2.2. Bens móveis por determinação legal	464
7. DOMICÍLIO	451	5.1.1.2.3. Bens móveis por antecipação.....	464
1. Contextualização e importância	451	5.1.1.3. Repercussões pragmáticas da distinção	464
2. Conceito de domicílio	452	5.1.2. Bens fungíveis e infungíveis	465
2.1. Domicílio profissional.....	452	5.1.2.1. Bens fungíveis	465
3. Pluralidade de domicílios.....	453	5.1.2.2. Bens infungíveis	465
3.1. Sistemas francês e alemão	453	5.1.2.2.1. Infungíveis por natureza	465
3.2. Opção brasileira	453	5.1.2.2.2. Infungíveis por convenção	465
4. Questionando o “ânimo definitivo”: estamos caminhando para uma objetivação do conceito de domicílio?	454	5.1.2.3. Repercussões pragmáticas da distinção	466
5. Espécies de domicílio	455	5.1.3. Bens consumíveis e inconsumíveis	466
		5.1.3.1. Bens consumíveis	466

5.1.3.2. Bens consumíveis por equiparação	466	7.3.5. A questão da solvência do instituidor	474
5.1.3.3. Bens inconsumíveis	466	7.3.6. A intervenção do Ministério Público	474
5.1.3.4. Existem repercussões pragmáticas relevantes na distinção?	466	7.4. O bem de família legal	475
5.1.4. Bens divisíveis e indivisíveis	467	7.4.1. Noções conceituais e a questão do bem de menor valor	475
5.1.4.1. Bens divisíveis	467	7.4.2. Alargamento do objeto	475
5.1.4.2. Bens indivisíveis	467	7.4.3. Característica do bem de família legal	475
5.1.4.2.1. Indivisíveis por natureza	467	7.4.4. A questão dos bens de valor médio e imóvel único de elevado valor	475
5.1.4.2.2. Indivisíveis por convenção	467	7.4.5. Exceções à regra da impenhorabilidade	476
5.1.4.2.3. Indivisíveis por determinação legal	467	7.4.6. Compreensão ampla do núcleo familiar e a questão da residência efetiva	477
5.1.4.3. Repercussões pragmáticas da distinção	467	7.4.7. Questões processuais	477
5.1.5. Bens singulares e coletivos	468	9. FATOS JURÍDICOS.....	479
5.1.5.1. Bens singulares	468	1. Alguns conceitos fundamentais.....	479
5.1.5.2. Bens coletivos	468	1.1. Fato jurídico	479
5.1.6. A questão dos bens corpóreos e incorpóreos.....	468	1.2. Suporte fático	479
5.2. Bem reciprocamente considerados: bens principais e acessórios	468	1.3. Incidência	480
5.2.1. Bens principais	468	1.4. Relação jurídica.....	480
5.2.2. Bens acessórios	469	1.5. Norma jurídica: regras e princípios	480
5.2.2.1. Frutos e produtos	469	1.5.1. Estrutura das regras jurídicas	480
5.2.2.2. Pertenças	469	1.5.1.1. Regras dispositivas e regras cogentes	481
5.2.2.3. Benfeitorias: conceito e espécies	469	1.5.2. Estrutura dos princípios	481
5.2.3. Repercussões pragmáticas das distinções	470	1.5.2.1. Os princípios como pontes entre o social e o jurídico ..	482
5.3. Bens quanto à titularidade do domínio	470	2. Planos do mundo jurídico	483
5.4. Bens públicos.....	470	2.1. Compreendendo os três planos.....	483
5.4.1. Bens públicos de uso comum	470	2.1.1. Plano da existência	483
5.4.2. Bens públicos de uso especial	471	2.1.2. Plano da validade	483
5.4.3. Bens públicos dominicais	471	2.1.3. Plano da eficácia	483
5.4.3.1. Afetação e desafetação	471	2.2. Todos os fatos jurídicos passam pelos três planos do mundo jurídico?.....	484
5.4.3.2. Alienação de bem público ..	472	2.3. Existência, validade e eficácia: exemplificando os três planos	484
5.4.3.3. Usucapião de bem público ..	472	3. A eficácia é essencial ao conceito de fato jurídico?	485
6. Coisas fora do comércio.....	472	4. Distinguindo conceitos: eficácia e efetividade.....	485
7. Bem de família	472	5. O direito só tem uma resposta correta para cada caso? Uma questão fascinante	486
7.1. Bem de família e a teoria do patrimônio mínimo	473	6. A crescente importância da interpretação em nossos dias.....	487
7.2. Bem de família: dois perfis conceituais	473	7. Ainda há espaço, no século XXI, para as teorias gerais?	487
7.2.1. A proteção do imóvel do devedor sozinho	473	8. Como classificar os fatos jurídicos lícitos? Entendendo cada uma das espécies.....	489
7.2.2. Natureza jurídica do bem de família.....	473	8.1. Fatos jurídicos <i>stricto sensu</i>	489
7.3. O bem de família convencional.....	473	8.2. Ato-fato jurídico	489
7.3.1. Extensão da proteção	473	8.2.1. Teoria do risco: responsabilidade por ato lícito ou ilícito?	489
7.3.2. Exceções à regra da impenhorabilidade	474		
7.3.3. Legitimação para a instituição	474		
7.3.4. Duração	474		

8.3. Ato jurídico	490	instrumento público substancial em certos atos	504
8.3.1. Ato jurídico <i>stricto sensu</i>	490	6. Representação	505
8.3.2. Negócio jurídico	491	6.1. Distinguindo: excesso na representação e abuso na representação	505
10. CLASSIFICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E ELEMENTOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	492	6.2. A figura do negócio consigo mesmo	506
1. Negócio jurídico: um conceito relativamente recente	492	7. Elementos acidentais do negócio jurídico: condição, termo e encargo	507
1.1. Posição monista e dualista	492	7.1. Condição	507
2. Retomando algumas distinções	493	7.1.1. Suspensivas e resolutivas	507
2.1. Teoria da vontade e teoria da declaração: uma velha polêmica e a opção do Código Civil	493	7.1.1.1. Condição suspensiva	507
2.2. Distinção civilística entre causa e motivo	493	7.1.1.2. Condição resolutiva	508
2.2.1. Divergências entre o querido e o declarado: reserva mental e declarações não sérias	494	7.1.1.2.1. Diferença essencial entre as hipóteses	508
3. Classificação dos negócios jurídicos	495	7.1.2. Lícitas e ilícitas	508
3.1. Unilaterais e plurilaterais	495	7.1.3. Possíveis e impossíveis	508
3.1.1. Diferença entre parte e pessoa	495	7.1.3.1. Impossíveis suspensivas e impossíveis resolutivas	508
3.1.2. Negócios receptícios e não receptícios	495	7.1.4. Abuso de direito no implemento das condições	508
3.2. Solenes e não solenes (de forma livre)	496	7.1.4.1. Implemento impedido pela parte desfavorecida	508
3.3. Principais e acessórios	496	7.1.4.2. Implemento forçado pela parte favorecida	509
3.4. Típicos e atípicos	496	7.1.5. Titular de direito eventual	509
3.5. <i>Inter vivos</i> e <i>mortis causa</i>	496	7.2. Termo	509
3.6. <i>Intuitu personae</i> e im pessoais	496	7.3. Encargo ou modo	509
3.7. Gratuitos e onerosos	497	11. DEFEITOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS E DOS ATOS JURÍDICOS EM SENTIDO ESTRITO	510
3.7.1. Comutativos e aleatórios	497	1. Contextualização e características gerais	510
3.7.1.1. Bifrontes	497	1.1. A opção do legislador foi a melhor? Hipóteses e sanções	510
3.8. Simples e mistos (ou complexos)	497	1.2. Vícios de consentimento e vícios sociais	511
3.9. Consensuais e reais	497	2. Erro	512
3.10. A questão da aquisição originária ou derivada	498	2.1. Espécies de erro substancial	513
3.11. A questão dos negócios jurídicos processuais	498	2.1.1. Erro sobre a pessoa (<i>error in persona</i>)	513
4. As regras do Código Civil sobre interpretação e um olhar sobre a jurisprudência	499	2.1.2. Erro sobre o objeto principal da declaração (<i>error in corpore</i> ou <i>error in substantia</i>)	513
4.1. A questão do silêncio: quem cala consente?	500	2.1.3. Erro sobre a natureza do negócio (<i>error in negotium</i>)	513
4.2. Reserva mental: qual a relevância da vontade interna não manifestada?	501	2.1.4. A questão do erro de direito (<i>error juris</i>)	513
4.3. Princípio da conservação do negócio jurídico (<i>utile per inutile non vitiatur</i>): é possível aproveitar a parte válida do negócio jurídico? Regra e exceção	501	2.2. Responsabilidade civil por interesse negativo	513
5. Elementos dos negócios jurídicos	502	2.3. Retomando alguns pontos	514
5.1. Agente capaz	502	2.3.1. O que se deve entender por erro substancial ou essencial	514
5.1.1. O conceito de ilegitimidade no direito civil	503	2.3.1.1. Erro escusável	514
5.2. Objeto lícito e possível	503	2.3.2. Erro acidental causa a anulabilidade do negócio jurídico?	515
5.3. Objeto determinado ou determinável	504	2.3.3. A questão do erro sobre o motivo ..	515
5.4. Forma prescrita ou não defesa em lei	504	2.4. Diferenciando erro de ignorância	515
5.4.1. Escritura pública nos imóveis e possibilidade de tornar o		2.5. Diferenciando erro de vício redibitório	515

2.6. Diferenciando erro do vício do produto no CDC.....	516	7.3. Distinguindo a fraude contra credores da fraude à execução	528
2.7. Erro e conservação do negócio jurídico	516	7.3.1. A fraude à execução e seus contornos	528
3. Dolo	517	7.3.2. Alienação de bem penhorado	529
3.1. Dolo substancial e acidental, positivo e negativo, <i>bonus e malus</i>	517	8. Prazos para arguir a anulabilidade	529
3.2. A questão do dolo recíproco: quais os limites da “compensação” entre os dolos?	518	9. Anulabilidade ou ineficácia? Distintas posições doutrinárias.....	530
3.3. Classificação do dolo quanto à pessoa que age dolosamente.....	518	12. INVALIDADE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	532
3.3.1. Dolo praticado por uma das partes	518	1. Invalidade do negócio jurídico: o ontem e o hoje	532
3.3.2. Dolo praticado por terceiro, com conhecimento, efetivo ou presumido, da parte beneficiada.....	518	2. Inválido: gênero e espécies.....	533
3.3.3. Dolo praticado por terceiro, sem conhecimento, efetivo ou presumido, da parte beneficiada	518	2.1. Nulo (nulidade)	533
3.4. Dolo do representante: situações diversas na representação legal e convencional	518	2.2. Anulável (anulabilidade)	533
3.5. O dolo como causa de danos indenizáveis... ..	519	3. O inválido como fato jurídico	534
3.5.1. A ausência do dever de informar.....	519	3.1. A invalidade como sanção	534
3.6. Retomando alguns pontos.....	520	4. Distinções possíveis entre o nulo e o anulável... ..	535
4. Coação	520	4.1. A questão (problemática) da ordem pública versus interesses privados.....	535
4.1. Classificação da coação quanto a pessoa que a exerce.....	521	4.1.1. Críticas possíveis.....	535
4.1.1. Quando a coação é exercida por uma das partes	521	4.1.1.1. É possível traçar uma distinção clara entre público e privado?	535
4.1.2. Quando a coação é exercida por terceiro, com conhecimento, efetivo ou presumido, da parte beneficiada	522	4.1.1.2. Interesse estatal e interesse público: interesses nem sempre iguais.....	536
4.1.3. Quando a coação é exercida por terceiro, sem conhecimento, efetivo ou presumido, da parte beneficiada	522	4.1.1.3. O interesse público deve sempre prevalecer sobre o particular?	536
4.2. Solidariedade na responsabilidade civil: a ação do terceiro no dolo e na coação	522	4.2. A possibilidade de conhecimento de ofício pelo juiz.....	536
4.3. Retomando e sublinhando certos pontos	522	4.2.1. A possibilidade de conhecimento de ofício nas relações de consumo.	536
5. Lesão.....	523	4.3. A possibilidade de confirmação (ratificação)	537
5.1. O dolo de aproveitamento é exigível na lesão civil?	524	4.4. A possibilidade de convalescência (sanabilidade do vício)	537
5.2. Lesão e conservação dos contratos.....	525	4.4.1. Prazos para alegar a anulabilidade	537
6. Estado de perigo	525	4.5. Eficácia <i>ex tunc</i> ou <i>ex nunc</i> da decisão judicial	537
7. Fraude contra credores	526	4.6. Quanto às pessoas que podem invocá-las ..	538
7.1. Hipóteses legais	527	4.7. Quanto à produção de efeitos	538
7.1.1. Negócios de transmissão gratuita de bens	527	4.7.1. A razoabilidade e o negócio jurídico nulo	538
7.1.2. Remissão de dívidas	527	4.7.2. Nulo: ordem pública; anulável: ordem privada: será mesmo?	538
7.1.3. Contratos onerosos com presunção de fraude	527	5. O sistema de nulidades do CDC	538
7.1.4. Pagamento antecipado de dívidas	527	6. Outras classificações possíveis.....	539
7.1.5. Concessão de garantias preferenciais	527	6.1. Nulidade total e nulidade parcial.....	539
7.1.6. Negócios ordinários necessários à manutenção do estabelecimento ...	528	6.2. Nulidade absoluta e nulidade relativa	539
7.2. A ação pauliana.....	528	6.3. Nulidade textual e nulidade virtual.....	539
		7. Conversão do negócio jurídico	539
		8. Simulação	540
		8.1. Simulação absoluta e relativa	541
		8.2. Negócio simulado e negócio dissimulado ...	541
		8.2.1. Conceito e pressupostos da extraversão	542

13. ILÍCITOS CIVIS	543	8. Prazos prescricionais	564
1. Contextualização inicial e algumas precisões conceituais	543	8.1. No Código Civil.....	564
2. Podemos dizer que o ilícito é um fato jurídico?	544	8.1.1. Conhecendo os prazos legais.....	565
3. Ilícito civil é sinônimo de responsabilidade civil?	545	8.2. No CDC	565
3.1. Uma categoria com eficácia única?	545	8.3. A teoria da <i>actio nata</i>	566
3.2. Críticas à concepção da eficácia única	546	8.3.1. Os rumos atuais (e jurisprudenciais) da teoria da <i>actio nata</i>	566
3.3. Convivendo com as outras eficácias	547	8.4. O diálogo das fontes na contagem dos prazos prescricionais.....	568
3.3.1. Ilícito indenizante.....	547	8.5. A questão das pretensões imprescritíveis	568
3.3.2. Ilícito caducificante.....	548	9. Entendendo a decadência.....	569
3.3.3. Ilícito autorizante.....	549	9.1. A opção do Código Civil	570
3.3.4. Ilícito invalidante.....	550	9.2. As espécies de decadência.....	570
4. Cabe superar a distinção entre ilícitos absolutos e relativos?	550	9.3. A questão da alegabilidade da decadência..	571
4.1. Em direção à outra distinção: ilícitos patrimoniais e ilícitos extrapatrimoniais.....	551	9.4. Compreendendo as distinções entre prescrição e decadência.....	571
5. O abuso de direito ou ilícito funcional	551	9.5. Quadros comparativos.....	571
5.1. O ilícito funcional como uma cláusula geral	553	10. Alguns prazos de prescrição e decadência	573
14. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	555	15. PROVA DOS FATOS JURÍDICOS CIVIS... ..	574
1. Contextualizando: o efeito do tempo sobre o direito	555	1. Prova: matéria referente ao direito material ou processual?.....	574
2. Fundamento e natureza jurídica da prescrição e da decadência	555	1.1. O que são normas heterotópicas? Há relevância pragmática no sistema brasileiro?.....	575
3. Prescrição e decadência: suportes fáticos parecidos, eficácias diferentes	556	2. O que pode ser objeto da prova?	575
4. Entendendo a prescrição	556	2.1. O direito à prova no novo processo civil: uma dimensão substancial do contraditório	576
4.1. A opção – equivocada – do Código Civil de 1916.....	557	3. A disciplina do Código Civil: trata-se de rol exaustivo?	577
4.2. A opção – correta – do Código Civil de 2002.....	557	3.1. Confissão.....	578
5. Direitos prestacionais e direitos potestativos: uma distinção relevante	558	3.2. Documento.....	579
6. A prescrição extingue a pretensão? A prescrição como exceção	559	3.2.1. A fuga do papel.....	580
7. Outras questões relevantes.....	559	3.2.2. O documento eletrônico no CPC/2015	580
7.1. A questão das causas suspensivas e impeditivas	560	3.3. Testemunhas	581
7.1.1. O Estatuto da Pessoa com Deficiência e a teoria <i>contra non valentem</i>	560	3.3.1. A questão da prova “exclusivamente testemunhal”.....	582
7.2. A questão da natureza jurídica da prescrição: ordem pública ou interesse privado?.....	561	3.4. Presunção: o que realmente pode ser entendido como tal?	582
7.3. A questão da interrupção da prescrição	561	3.4.1. Presunções legais: relativa e absoluta.....	583
7.4. A questão da alegabilidade da prescrição ...	562	3.4.1.1. As chamadas presunções absolutas (<i>juris et de jure</i>) são presunções?	583
7.5. A questão da exceção.....	562	3.4.2. A questão da recusa de se submeter a exame médico.....	584
7.6. A questão da prescrição intercorrente	562	3.5. Perícia.....	584
7.7. Prescrição da pretensão civil quando houver ação penal em curso	563	4. Tendências que se fortalecem	585
7.8. Esclarecendo alguns pontos.....	564	4.1. Inversões do ônus da prova: perfil e momento para inversão.....	585
7.8.1. Quem está sujeito à prescrição?	564	4.2. A teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova	586
7.8.2. Quais direitos estão sujeitos à prescrição?	564	4.3. Negócios jurídicos sobre o ônus da prova ...	586
7.9. Prescrição e pandemia.....	564	4.4. Presunções de nexo causal	587
		4.5. Interpretação dos negócios jurídicos e a Lei da Liberdade Econômica.....	588

OBRIGAÇÕES

Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias..... 593

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES..... 595

1. Noções gerais	595
1.1. Conceito de obrigações	595
1.2. Características essenciais	596
1.3. Evolução histórica.....	597
1.4. Introdução ao estudo das garantias.....	599
1.5. Posição no direito civil.....	599
1.6. O sistema privado obrigacional: o civil, o empresário e o consumidor.....	600
1.6.1. O empresário e a <i>Lei da Liberdade Econômica</i> (Lei n. 13.874/19).....	600
2. Elementos constitutivos das obrigações	600
2.1. Generalidades.....	600
2.2. Elemento subjetivo (o credor e o devedor) ..	601
2.3. Elemento objetivo (a prestação).....	601
2.4. Elemento abstrato ou espiritual (o vínculo jurídico).....	602
2.4.1. O vínculo jurídico e a garantia de cumprimento.....	602
2.4.2. Consequências do não cumprimento espontâneo	602
2.4.3. A execução da obrigação através do Poder Judiciário	603
2.4.4. O vínculo jurídico e a excepcional possibilidade de prisão civil do devedor	603
3. Principais distinções	604
3.1. Direitos reais.....	604
3.1.1. Revisão crítica da dicotomia: direitos obrigacionais x direitos reais	605
3.1.2. Situações híbridas.....	606
3.1.3. Obrigações <i>propter rem</i>	606
3.2. Direitos da personalidade	607
3.3. Obrigação, dever, sujeição e ônus.....	607
4. Fontes das obrigações.....	608
4.1. Introdução	608
4.2. Tripartição das obrigações segundo as suas funções.....	609
4.2.1. Negócio jurídico	609
4.2.2. Responsabilidade civil	609
4.2.3. Enriquecimento sem causa.....	610
4.3. A boa-fé objetiva como fonte das obrigações.....	611
5. Os paradigmas do código civil no direito das obrigações.....	611
5.1. As obrigações e o Código Civil de 2002.....	611
5.2. Princípio da socialidade	611
5.3. Princípio da eticidade.....	612

5.4. Princípio da operabilidade.....	612
6. A obrigação complexa ("a obrigação como um processo").....	612
6.1. Introdução	612
6.2. Os deveres de conduta	613
6.2.1. Noções gerais sobre os deveres de comportamento ético exigido das partes na relação obrigacional.....	613
6.2.2. Funções dos deveres de conduta	614
6.2.3. Os deveres de conduta e a tutela de terceiros.....	615
6.2.4. O terceiro ofendido e a relação obrigacional	615
6.2.5. O terceiro ofensor e a relação obrigacional	615
6.3. A boa-fé como fundamento e o seu papel no caráter dinâmico da relação obrigacional	616

2. MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES I – CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO OBJETO... 617

1. Introdução.....	617
2. Classificação quanto ao objeto	617
2.1. Obrigação de dar e de restituir	617
2.1.1. A obrigação de dar como processo	618
2.1.2. Obrigação de dar coisa certa.....	618
2.1.2.1. A impossibilidade nas obrigações de dar.....	619
2.1.2.2. A teoria dos riscos.....	620
2.1.3. Obrigação de dar coisa incerta.....	625
2.1.3.1. Generalidades	625
2.1.3.2. O processo obrigacional das dívidas genéricas.....	625
2.1.4. A desmaterialização das obrigações de dar	626
2.1.5. Tutela processual das obrigações de dar coisa certa e coisa incerta.....	626
2.2. Obrigação de fazer	628
2.2.1. Generalidades	628
2.2.2. A impossibilidade e o inadimplemento da obrigação de fazer (e as dificuldades resultantes da pandemia).....	629
2.3. Obrigação de não fazer.....	631
2.3.1. Generalidades	631
2.3.2. A impossibilidade e o inadimplemento da obrigação de não fazer	632
2.4. Tutela processual das obrigações de fazer e não fazer.....	633
2.4.1. O Cumprimento da Sentença	634
2.4.2. A Execução das Obrigações de Fazer e Não Fazer.....	635

3. MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES II – CLASSIFICAÇÃO QUANTO AOS ELEMENTOS 636

1. Obrigações alternativas.....	636
1.1. Noções preliminares.....	636

1.2. Concentração.....	637	3.5. Distinções com modelos jurídicos afins.....	665
1.3. A obrigação alternativa como processo.....	638	4. Cessão de contrato ou cessão da posição contra-	666
1.4. Impossibilidade das prestações.....	638	tual.....	666
2. Obrigações facultativas.....	640	4.1. Noções gerais.....	666
3. Obrigações cumulativas.....	641	4.2. Requisitos.....	668
4. Obrigações fracionárias (conjuntas).....	641	4.3. Efeitos.....	669
5. Obrigações divisíveis e indivisíveis.....	642	4.4. Distinções com outros modelos jurídicos.....	669
5.1. Introdução.....	642	5. Outras formas de transmissão das obrigações....	670
5.2. Noções gerais sobre a indivisibilidade.....	643	5.1. Linhas gerais.....	670
5.3. A indivisibilidade e as modalidades de obri-	644	5.2. Usufruto de créditos.....	670
gações.....	644	5.3. Penhor de créditos.....	670
5.4. Efeitos da indivisibilidade das obrigações.....	644	5.4. Cessão da garantia sobre o crédito.....	671
6. Obrigações solidárias.....	645	5.5. Endosso.....	672
6.1. Noções gerais.....	645		
6.2. Distinções entre a solidariedade e a indivisi-	647	6. DO ADIMPLEMENTO E DA EXTINÇÃO	673
bilidade.....	647	DAS OBRIGAÇÕES I.....	
6.3. Solidariedade ativa.....	648	1. Introdução.....	673
6.3.1. Noções Gerais.....	648	1.1. Premissas metodológicas.....	673
6.3.2. A Solidariedade Ativa e a Coisa	649	1.2. O adimplemento como modo de satisfação	674
Julgada.....	649	do interesse do credor.....	674
6.4. Solidariedade passiva.....	649	1.3. Natureza jurídica do adimplemento.....	674
6.4.1. Noções gerais.....	649	1.4. O pagamento é somente um dever ou tam-	675
6.4.2. Remissão e renúncia à	651	bém é um direito do credor?.....	675
solidariedade.....	651	1.5. Princípios norteadores do adimplemento.....	675
		1.5.1. Princípio da pontualidade.....	675
		1.5.2. Princípio da boa-fé objetiva.....	676
4. MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES	652	2. Requisitos subjetivos do pagamento.....	676
III – CLASSIFICAÇÃO QUANTO À		2.1. Quem paga – o <i>solvens</i>	676
EXIGIBILIDADE E AO CONTEÚDO.....		2.1.1. Noções gerais.....	676
		2.1.2. O terceiro interessado.....	677
1. Classificação quanto à exigibilidade.....	652	2.1.3. O terceiro não interessado.....	678
1.1. Obrigações civis e obrigações naturais.....	652	2.2. Quem recebe – o <i>accipiens</i>	679
1.2. Regime das obrigações naturais.....	652	3. Requisitos objetivos do pagamento.....	681
1.3. Espécies de obrigações naturais.....	653	3.1. Do objeto do pagamento.....	681
1.3.1. Obrigações de trato social.....	653	3.1.1. O art. 317 do CC: aspectos atuais....	682
1.3.2. Obrigações fundadas em	654	3.2. Da prova do pagamento.....	683
imperativos morais.....	654	3.3. Local do pagamento.....	684
2. Classificação quanto ao conteúdo.....	654	3.4. Tempo do pagamento.....	685
2.1. Obrigações de meio e de resultado.....	654		
2.2. Obrigações de garantia.....	654	7. DO ADIMPLEMENTO E DA EXTINÇÃO	689
		DAS OBRIGAÇÕES II – MODALIDADES	
5. DA TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES .	656	ESPECIAIS DE PAGAMENTO.....	
1. Introdução.....	656	1. Introdução.....	689
1.1. Vicissitudes da obrigação.....	656	2. Pagamento em consignação.....	689
1.2. O crédito como objeto do tráfego jurídico...	656	2.1. Fundamentos da consignação.....	689
2. Cessão de crédito.....	657	2.2. Modalidades de depósito.....	690
2.1. Noções gerais.....	657	2.3. Hipóteses de admissão da consignação.....	690
2.2. Regime jurídico.....	657	2.4. Pressupostos da consignação.....	692
2.3. Efeitos da cessão de crédito.....	660	2.5. Questões polêmicas do depósito.....	693
2.4. Distinções entre a cessão de crédito e outros	662	3. Pagamento com sub-rogação.....	694
modelos jurídicos.....	662	3.1. Noções introdutórias.....	694
3. Assunção de dívida.....	662	3.2. Espécies de sub-rogação.....	694
3.1. Conceito e noções gerais.....	662	3.3. Eficácia da sub-rogação.....	696
3.2. Modalidades de assunção de dívida.....	663	4. Imputação do pagamento.....	696
3.3. Requisitos da assunção de dívida.....	664		
3.4. Efeitos da assunção de dívida.....	665		

4.1. Considerações introdutórias.....	696	2. Dano patrimonial.....	727
4.2. Elementos da imputação do pagamento.....	697	2.1. O dano emergente e o lucro cessante.....	727
5. Dação em pagamento.....	698	2.2. Dano moral negocial.....	728
5.1. Noções gerais.....	698	3. Juros.....	729
5.2. Requisitos.....	698	3.1. Noções introdutórias.....	730
5.3. Aspectos relevantes.....	699	3.2. Os juros moratórios no Código Civil.....	730
6. Novação.....	699	3.3. Os juros compensatórios no Código Civil.....	731
6.1. Noções gerais.....	699	3.4. Os juros e as instituições financeiras.....	731
6.2. Pressupostos da novação.....	700	3.5. A capitalização dos juros.....	732
6.3. Modalidades.....	701	4. Cláusula penal.....	733
6.4. Efeitos.....	702	4.1. Noções introdutórias.....	733
7. Compensação.....	703	4.2. Natureza jurídica da cláusula penal.....	733
7.1. Noções gerais.....	703	4.3. Modalidades de cláusula penal.....	734
7.2. Espécies.....	704	4.4. O balanceamento da cláusula penal.....	735
7.3. Limites à compensação.....	705	5. Arras.....	736
8. Confusão.....	706	5.1. Noções introdutórias.....	736
8.1. Noções gerais.....	706	5.2. Arras confirmatórias.....	737
8.2. Requisitos.....	707	5.3. Arras penitenciais.....	738
8.3. Efeitos.....	707		
9. Remissão.....	708		
9.1. Linhas gerais.....	708		
9.2. Características.....	708		
9.3. Efeitos.....	708		
8. DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES I.....	710		
1. O inadimplemento como gênero e as obrigações complexas.....	710	1. Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias.....	739
2. Espécies de inadimplemento.....	711	1.1. A responsabilidade civil de nossos dias: um edifício em construção.....	739
2.1. Inadimplemento absoluto.....	711	1.2. Responsabilidade civil: fundamento e crescente objetivação.....	740
2.1.1. Inadimplemento por fato relativo ao objeto da prestação.....	711	1.3. Dano: um conceito geográfica e temporalmente variável.....	741
2.1.2. Inadimplemento por fato relativo ao interesse do credor.....	712	2. Princípios da responsabilidade civil.....	742
2.1.3. O caso fortuito e a força maior.....	713	2.1. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	742
2.1.3.1. A pandemia e a questão da força maior.....	713	2.2. Princípio da solidariedade social.....	742
2.1.3.2. A frustração do fim do contrato.....	715	2.3. Princípio da prevenção.....	743
2.1.4. A resolução da obrigação pelo inadimplemento.....	716	2.4. Princípio da reparação integral.....	743
2.1.5. Inadimplemento mínimo.....	717	3. As funções da responsabilidade civil.....	745
2.2. Mora.....	718	3.1. A multifuncionalidade da responsabilidade civil.....	745
2.2.1. Mora do devedor.....	718	3.1.1. Função reparatória.....	745
2.2.2. Mora do credor.....	721	3.1.2. Função punitiva.....	746
2.2.3. Constituição em mora.....	721	3.1.3. Função precaucional.....	747
2.2.4. Purgação da mora.....	723	3.2. A prevenção como cerne da responsabilidade civil atual.....	748
2.3. Violação positiva do contrato.....	724	4. Modalidades de responsabilidade civil.....	749
9. DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES II – CONSEQUÊNCIAS DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES.....	726	4.1. A responsabilidade pela confiança: superação da clássica dicotomia.....	749
1. Perdas e danos.....	726	4.2. Responsabilidade pela violação positiva do contrato.....	750
1.1. Noções gerais.....	726	4.3. Violação de deveres anexos.....	750
		4.4. Responsabilidade pré-negocial: deveres anexos desvinculados da obrigação.....	751
		4.5. Responsabilidade pós-negocial: deveres anexos transcendem a obrigação.....	751

RESPONSABILIDADE CIVIL

4.6. Responsabilidade transubjetiva e os deveres anexos.....	752	5.3.3. A travessia do ato ilícito ao dano injusto.....	769
4.7. O terceiro ofendido e a relação obrigacional.....	752	5.3.4. A medida dos danos.....	769
4.8. O terceiro ofensor e a relação obrigacional..	752	5.3.5. O dano patrimonial.....	769
5. Teoria subjetiva: pressupostos.....	753	5.3.5.1. As três espécies do dano patrimonial: danos emergentes, lucros cessantes e perda de uma chance.....	770
5.1. Ilícito civil.....	753	5.3.5.1.1. Os danos emergentes (dano positivo).....	770
5.1.1. A caracterização do ilícito como fato jurídico.....	754	5.3.5.1.2. Os lucros cessantes (dano negativo).....	770
5.1.2. Apenas do ilícito advém a responsabilidade civil?.....	754	5.3.5.1.3. A perda da chance.....	770
5.1.3. Tutela preventiva e tutela repressiva do ilícito.....	754	5.3.5.1.3.1. Perda da chance de obtenção de futura vantagem.....	771
5.1.4. Excludentes de ilicitude civil	755	5.3.5.1.3.2. Perda da chance de se evitar um prejuízo.....	771
5.1.4.1. Estado de necessidade (art. 188, II; arts. 929 e 930).....	756	5.3.5.2. Outras classificações aplicáveis ao dano patrimonial.....	771
5.1.4.1.1. Estado de necessidade sem culpa pelo perigo	756	5.3.5.2.1. Dano reflexo ou em ricochete	771
5.1.4.1.2. Estado de necessidade com culpa pelo perigo	756	5.3.5.2.2. Danos certos ou incertos	772
5.1.4.2. Legítima defesa (art. 188, I; art. 930, parágrafo único).....	757	5.3.5.2.3. Danos presentes e futuros.....	772
5.1.4.2.1. A questão da proporcionalidade na reação.	757	5.3.6. O dano moral (extrapatrimonial)	773
5.1.4.2.2. Legítima defesa que causa danos em terceiros.....	758	5.3.6.1. O histórico do dano moral: dos embates à aceitação.....	773
5.1.4.2.2.1. Legítima defesa de terceiro	758	5.3.6.2. Em busca de um conceito: o que é dano moral?.....	774
5.1.4.2.3. Legítima defesa putativa.....	759	5.3.6.3. Dano moral ou dano extrapatrimonial?	775
5.1.4.3. Exercício regular de direito (art. 188, I).....	759	5.3.6.4. Dano moral – compensação ou indenização?.....	776
5.1.4.4. Estrito cumprimento de dever legal.....	760	5.3.6.5. A função preventiva do dano moral: a tutela inibitória	776
5.1.4.5. Excludentes de ilicitude: disciplina heterogênea	760	5.3.6.6. A desmonetização da reparação pelo dano moral..	776
5.1.5. O abuso de direito como ato ilícito	761	5.3.6.7. O dano moral por inadimplemento obrigacional	777
5.1.5.1. Exige-se dano ou culpa para a aferição do abuso de direito?	761	5.3.6.8. A titularidade do direito à reparação	777
5.1.5.2. O abuso de direito como cláusula geral	762	5.3.6.8.1. Os lesados diretos	777
5.2. A culpa	763	5.3.6.8.1.1. Os lesados diretos desprovidos de discernimento	777
5.2.1. A culpa e a responsabilidade civil....	763	5.3.6.8.1.2. Os nascituros como lesados diretos	778
5.2.2. A evolução do significado de culpa civil.....	763	5.3.6.8.2. Os lesados indiretos ..	778
5.2.3. A culpa presumida	763	5.3.6.9. A condenação em valor inferior ao postulado nos danos morais.....	778
5.2.4. A gradação da culpa	764	5.3.6.10. A pessoa jurídica como legitimada ativa	779
5.2.5. O ilícito e a culpa.....	765		
5.2.6. A mitigação da reparação por equidade.....	766		
5.2.7. O renascimento da culpa.....	767		
5.3. O dano	768		
5.3.1. O dano como elemento essencial da responsabilidade civil.....	768		
5.3.2. O conceito de dano.....	768		

5.3.6.10.1. A empresa e o dano moral	779	6.6. O risco de empresa ou do empreendimento.....	805
5.3.6.10.2. O dano institucional como terceira via	779	6.7. A multiplicação do nexo de imputação na obrigação objetiva de indenizar.....	805
5.3.6.11. O dano moral coletivo	780	6.8. As chamadas responsabilidades objetivas pura e a impura	806
5.3.6.11.1. O dano moral coletivo como uma pena civil	781	6.9. A securitização da responsabilidade civil: do individual ao social	806
5.3.6.12. Valorizando e quantificando o dano moral: terreno de armadilhas e perplexidades	782	7. Responsabilidade civil pelo fato de outrem	807
5.3.6.12.1. Buscando alguma objetivação de sentido: o critério bifásico.....	782	7.1. Introdução: um tema teoricamente rico e difícil	807
5.3.6.12.2. Outras questões relativas à quantificação	783	7.2. Responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores.....	808
5.3.6.13. A pena civil: um brevíssimo contexto	785	7.2.1. Em que situações os pais respondem pelos atos dos filhos menores?	809
5.3.7. O dano estético.....	786	7.3. Danos causados por filhos maiores.....	810
5.4. O nexo causal.....	787	7.4. A responsabilidade civil dos incapazes.....	812
5.4.1. O nexo causal como pressuposto da responsabilidade civil.....	787	7.5. Responsabilidade dos tutores e curadores....	813
5.4.1.1. A concausalidade	787	7.6. Responsabilidade dos empregadores pelos atos dos empregados.....	815
5.4.2. Teorias do nexo causal.....	788	7.6.1. O dano foi causado em razão da função desempenhada?	816
5.4.2.1. Teoria da equivalência dos antecedentes causais.....	788	7.6.2. Outras questões relevantes.....	817
5.4.2.2. Teoria da causalidade adequada	789	7.6.3. A terceirização rompe o nexo causal em relação ao empregador?	818
5.4.2.3. Teoria da causalidade direta e imediata e a subteoria da necessidade.....	789	7.7. Responsabilidade civil dos estabelecimentos educacionais.....	818
5.4.2.4. Reconhecendo uma realidade: impera na prática uma imensa confusão conceitual	790	7.7.1. Os estabelecimentos educacionais privados como prestadores de serviços	818
5.4.3. As excludentes da responsabilidade civil	791	7.7.2. Responsabilidade civil pelo bullying	819
5.4.3.1. Força maior – o fortuito, interno e externo	791	7.7.3. A polêmica questão do direito de regresso	820
5.4.3.2. O fato exclusivo da vítima....	794	7.8. Responsabilidade civil dos hoteleiros e estabelecimentos análogos.....	821
5.4.3.3. O fato concorrente e a redução de danos.....	794	7.8.1. Contextualização normativa e situações possíveis.....	821
5.4.3.4. O fato de terceiro.....	795	7.8.1.1. Danos causados a hóspedes	821
5.4.3.5. Causalidade alternativa (responsabilidade coletiva)...	796	7.8.1.2. Danos causados a empregados do hotel	822
5.4.3.6. Causalidade virtual.....	797	7.8.1.3. Danos causados a terceiros..	822
5.4.3.7. A questão atual dos múltiplos nexos de imputação.....	797	7.9. Responsabilidade civil decorrente dos produtos do crime	822
6. Teoria objetiva.....	798	8. Responsabilidade civil pelo fato da coisa	823
6.1. Teoria objetiva: contexto, bases conceituais e surgimento.....	798	8.1. Construindo nexos de imputação entre pessoas e coisas.....	823
6.2. Teoria do risco criado: opção brasileira?	800	8.2. Danos decorrentes de animais (Código Civil, art. 936).....	824
6.3. O risco criado e a mitigação da obrigação de indenizar.....	801	8.2.1. Danos causados por animais nas rodovias.....	826
6.4. A repartição de riscos: o risco concorrente...	802	8.3. Danos decorrentes de edifício ou construção (Código Civil, art. 937).....	826
6.5. Distinção importante: risco integral e risco agravado.....	802	8.4. Danos decorrentes de coisas lançadas ou caídas de prédios (Código Civil, art. 938).....	827
		8.4.1. A queda anônima	828

8.4.2. Outras hipóteses possíveis de incidência do art. 938.....	828
8.5. Responsabilidade civil decorrente da guarda de veículos.....	829
8.5.1. A teoria da guarda da coisa e o empréstimo de veículos.....	829
8.5.2. Solução jurisprudencial brasileira: o critério da presunção de culpa.....	830
8.5.3. Outras situações possíveis.....	831
8.5.3.1. Carros cedidos onerosamente no exercício de atividade empresarial.....	831
8.5.3.2. Danos provocados no uso de veículo roubado ou furtado.....	832
8.5.3.3. O carro como instrumento do dano (teoria do corpo neutro).....	833

CONTRATOS

Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias.....	835
--	-----

PARTE I DOS CONTRATOS EM GERAL

1. INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DOS CONTRATOS.....	839
1. O contrato e a Constituição Federal.....	839
1.1. A materialização dos contratos.....	839
1.2. A liberdade contratual hoje: duas vertentes.....	840
1.2.1. A liberdade contratual como binômio autodeterminação – justiça contratual.....	840
1.2.2. A liberdade contratual como elemento da ordem de concorrência.....	840
1.2.3. A pluralidade de dimensões funcionais do contrato.....	840
2. Contrato: evolução, conceito, local e tempo.....	841
2.1. A evolução e o conceito do contrato.....	841
2.2. Localização do contrato no direito civil.....	842
2.3. O tempo do contrato – direito intertemporal.....	843
2. A FORMAÇÃO DOS CONTRATOS.....	845
1. A formação dos contratos paritários.....	845
1.1. Noções iniciais.....	845
1.2. Estrutura da formação do contrato no Código Civil.....	846

1.2.1. Negociações preliminares e a responsabilidade pré-contratual.....	846
1.2.2. Proposta e aceitação.....	847
1.2.2.1. Força vinculante da proposta.....	848
1.2.2.2. Circunstâncias do caso.....	848
1.2.3. Aceitação.....	849
1.2.3.1. A aceitação pelo silêncio.....	850
1.3. Tempo e local de conclusão do contrato paritário.....	850
2. A formação dos contratos massificados.....	851
2.1. Oferta nos contratos civis de adesão.....	851
2.2. Formação do contrato no Código de Defesa do Consumidor.....	851
2.3. Formação do contrato eletrônico.....	852
3. Contrato preliminar.....	853
3.1. Noções gerais.....	853
3.2. Regime jurídico.....	854
3.2.1. Execução e cláusula de arrendimento.....	854
3.2.2. Contrato preliminar unilateral.....	855
3.3. A promessa de doação.....	855
3.4. A eficácia real do contrato preliminar.....	856
3.5. O contrato preliminar impróprio.....	856

3. A PRINCIPIOLOGIA CONTRATUAL 858

1. Noções iniciais.....	858
2. O princípio da autonomia privada.....	858
2.1. Da autonomia da vontade à autonomia privada.....	858
2.2. A autonomia contratual e a autonomia existencial.....	859
2.3. A nova força obrigatória dos contratos.....	860
2.3.1. O papel da lei.....	860
2.3.2. O papel do juiz.....	861
3. O princípio da boa-fé objetiva.....	861
3.1. A boa-fé – histórico.....	861
3.2. Noções preliminares.....	861
3.3. A boa-fé como modelo no Código Civil.....	862
3.4. Os deveres de conduta.....	863
3.4.1. A função integrativa da boa-fé.....	863
3.4.2. A cláusula geral do art. 422 do Código Civil.....	863
3.4.3. As funções dos deveres de conduta.....	864
3.4.4. Violação positiva do contrato (ou cumprimento imperfeito do contrato).....	865
3.5. A boa-fé e o abuso do direito.....	865
3.5.1. Limites internos ao exercício de direitos subjetivos.....	866
3.5.2. Categorias de exercícios abusivos do direito.....	866
3.5.2.1. Desleal exercício de direitos – O Adimplemento Substancial.....	866

3.5.2.2.	Desleal não exercício de direitos: venire contra factum proprium; supressio e surrectio.....	867	2.4.2.	Controle do conteúdo das cláusulas contratuais gerais.....	889
3.5.2.3.	Desleal constituição de direitos – tu quoque.....	868	2.5.	O contrato-tipo.....	890
3.5.2.4.	O Dever de Mitigar o Próprio Prejuízo – Duty to mitigate the own loss.....	868	2.6.	Contratos coletivos e acordos normativos.....	890
3.6.	A boa-fé objetiva no CPC/15.....	869	2.7.	Contratos coativos e necessários.....	890
3.7.	A boa-fé objetiva e a pandemia.....	869	2.8.	O contrato relacional.....	891
4.	A função social do contrato.....	870	2.9.	O contrato eletrônico.....	892
4.1.	A funcionalização do negócio jurídico.....	870	2.10.	Contratos cativos de longa duração.....	893
4.2.	A função social do contrato como causa do negócio jurídico.....	871	2.11.	Contratos sob o paradigma da essencialidade.....	893
4.3.	A função social interna do contrato.....	871	2.11.1.	A Lei nº 11.382/06 – do bem de família aos bens mínimos existenciais.....	894
4.4.	A função social externa do contrato.....	872	3.	Qualificação dos contratos.....	895
4.4.1.	O contrato ofensivo a interesses metaindividuais.....	872	3.1.	Qualificação e classificação dos contratos.....	895
4.4.2.	O terceiro ofendido.....	873	3.2.	Contratos típicos e atípicos.....	895
4.4.3.	O terceiro ofensor.....	874	3.3.	Contratos mistos e ligados.....	896
5.	Justiça contratual.....	875	3.4.	As redes contratuais.....	897
5.1.	Noções gerais.....	875	5.	DA INTERPRETAÇÃO DO CONTRATO....	899
5.2.	O equilíbrio contratual.....	876	1.	Introdução.....	899
5.2.1.	A lesão.....	876	2.	Os elementos estruturais do negócio jurídico.....	899
5.2.2.	Da alteração das circunstâncias.....	877	3.	A posição adotada pelo Código Civil de 2002....	900
5.2.3.	A cláusula de <i>hardship</i>	879	3.1.	A função interpretativa do art. 113 do Código Civil.....	900
4.	CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS CONTRATOS.....	880	3.2.	O elemento consuetudinário na interpretação dos contratos.....	901
1.	Classificação estrutural dos contratos.....	880	3.3.	Interpretação dos negócios gratuitos.....	901
1.1.	Categorias contratuais.....	880	3.4.	Interpretação da declaração tácita de vontade.....	902
1.2.	Classificações tradicionais.....	880	6.	RELATIVIDADE DOS CONTRATOS.....	903
1.2.1.	Contratos bilaterais (sinalagmáticos) e unilaterais.....	880	1.	Estipulação em favor de terceiro.....	903
1.2.2.	Contratos onerosos e gratuitos.....	881	1.1.	Noções gerais.....	903
1.2.3.	Contratos comutativos e aleatórios.....	882	1.2.	Regime jurídico.....	904
1.2.3.1.	Noções gerais.....	882	1.3.	O pacto sucessório e a estipulação em favor de terceiro.....	904
1.2.3.2.	A alienação aleatória.....	882	2.	Promessa de fato de terceiro.....	905
1.2.4.	Contratos consensuais e reais.....	883	3.	Contrato com pessoa a declarar.....	905
1.2.5.	Contratos solenes e não solenes.....	884	3.1.	Noções gerais.....	905
1.2.6.	Contratos instantâneos e contratos de duração.....	884	3.2.	Regime jurídico.....	906
1.2.7.	Contratos principais e acessórios.....	885	7.	EFEITOS DOS CONTRATOS.....	908
1.2.8.	Contratos <i>intuitu personae</i> e <i>impessoais</i>	885	1.	Vícios redibitórios.....	908
2.	Classificação funcional dos contratos.....	885	1.1.	Noções conceituais.....	908
2.1.	Classificações do contrato contemporâneo....	885	1.2.	Fundamentação jurídica dos vícios redibitórios.....	909
2.2.	O contrato de consumo.....	886	1.3.	Requisitos para a caracterização dos vícios redibitórios.....	909
2.2.1.	Os três sujeitos contratuais.....	886	1.4.	As ações edilícias.....	910
2.2.2.	Contratos civis e contratos de consumo – diálogo de fontes.....	886	1.4.1.	Prazos decadenciais.....	911
2.2.3.	Contratos empresariais.....	886	1.5.	Os vícios redibitórios no CDC.....	912
2.3.	O contrato de adesão.....	887	2.	Evicção.....	913
2.4.	As cláusulas contratuais gerais.....	888	2.1.	Noções conceituais.....	913
2.4.1.	Noções gerais.....	888	2.2.	Fundamentação jurídica da garantia.....	914

2.3. Elementos da evicção	914	3.1. Generalidades.....	940
2.3.1. Privação do direito do adquirente ...	914	3.2. Consentimento	940
2.3.2. Preexistência do direito do terceiro	915	3.3. Preço.....	944
2.3.3. Privação judicial ou extrajudicial.....	916	3.4. Coisa (objeto da compra e venda).....	946
2.4. Extensão da garantia.....	916	4. Efeitos jurídicos decorrentes da compra e	
2.5. A denúncia da lide.....	918	venda.....	946
8. EXTINÇÃO DOS CONTRATOS.....	919	4.1. Contextualização.....	946
1. Noções gerais	919	4.2. Responsabilidade do vendedor pelos vícios	
2. Extinção pelo regular cumprimento.....	919	redibitórios e pela evicção.....	947
2.1. Extinção normal do contrato na perspectiva		4.3. Responsabilidade pela perda ou deterioração	
da obrigação simples	919	(perecimento) da coisa adquirida	947
2.2. Extinção normal do contrato na perspectiva		4.4. Responsabilidade pelas despesas.....	948
da obrigação complexa.....	920	5. Situações especiais de compra e venda.....	948
3. Extinção pela inexistência e pela invalidade.....	920	5.1. Noções gerais	948
4. Extinção pela ineficácia.....	921	5.2. Venda por amostras	948
4.1. A cláusula resolutiva expressa	921	5.3. Venda ad corpus e venda ad mensuram....	949
4.2. A cláusula de arrependimento.....	923	6. Cláusulas especiais (adjetas) na compra e venda....	951
4.3. Resilição	923	6.1. Generalidades.....	951
4.3.1. Distrato ou resilição bilateral.....	923	6.2. Retrovenda	951
4.3.2. Resilição unilateral	924	6.3. Venda a contento e venda sujeita à prova....	952
4.4. Rescisão	925	6.4. Preempção ou preferência convencional	953
4.5. Resolução.....	926	6.5. Reserva de domínio	955
4.5.1. Natureza da resolução.....	926	6.6. Venda sobre documentos.....	956
4.5.2. A impossibilidade superveniente da		2. CONTRATO DE TROCA OU PERMUTA... 958	
prestação	927	1. Noções conceituais e elementos caracterizado-	
4.5.3. A extinção dos interesses objetivos		res.....	958
do credor.....	928	2. Classificação do contrato de troca ou permuta..	959
4.5.3.1. Inexecução voluntária.....	929	3. A permuta de valores desiguais (permuta com	
4.5.3.2. Inexecução involuntária	929	saldo)	959
4.5.4. A violação positiva do contrato	929	4. Aplicação das regras da compra e venda.....	959
4.5.5. O adimplemento substancial.....	929	5. Permuta de bens públicos	960
4.5.6. O inadimplemento antecipado	930	3. CONTRATO ESTIMATÓRIO OU	
4.5.7. O cumprimento dos deveres		CONSIGNATÓRIO..... 961	
anexos pelo credor.....	931	1. Noções conceituais sobre a venda por consigna-	
4.6. A resolução por alteração superveniente das		ção	961
circunstâncias.....	931	2. Elementos caracterizadores	961
4.7. A resolução pela frustração do fim do con-		3. Classificação.....	962
trato	934	4. Natureza jurídica da obrigação do consignatário:	
4.8. Extinção por morte de um dos contratan-		obrigação facultativa ou alternativa?	962
tes	934	5. Inversão da teoria dos riscos.....	963
5. A exceção de contrato não cumprido.....	934	6. O desfazimento do contrato estimatório e a pro-	
5.1. Noções gerais	934	teção do terceiro adquirente de boa-fé.....	963
5.2. O risco de descumprimento.....	936	7. Causas extintivas do contrato e os efeitos da	
		eventual falência do consignatário	963
		4. CONTRATO DE DOAÇÃO 965	
		1. Generalidades sobre a doação.....	965
		2. Noções conceituais e características fundamen-	
		tais.....	965
		3. Classificação do contrato de doação.....	966
		4. A promessa de doação	967

PARTE II DOS CONTRATOS EM ESPÉCIE

1. CONTRATO DE COMPRA E VENDA.....	939
1. Noções conceituais e natureza obrigacional.....	939
2. Classificação do contrato de compra e venda....	940
3. Elementos essenciais da compra e venda	940

5. Elementos componentes do contrato de doação.....	967	3. O mútuo.....	983
5.1. O sujeito.....	967	3.1. Noções conceituais.....	983
5.2. O objeto.....	968	3.2. Elementos caracterizadores do mútuo.....	983
5.3. Mútuo consentimento.....	968	3.3. Capacidade das partes envolvidas.....	984
5.4. Forma.....	969	3.4. Classificação do mútuo.....	984
6. Vedações legais à doação.....	969	3.5. Prazo do contrato de mútuo.....	984
6.1. Noções gerais.....	969	3.6. Mútuo em dinheiro (mútuo feneratício).....	985
6.2. Proibição de doação universal.....	969	3.7. Extinção.....	986
6.3. Proibição de doação inoficiosa.....	969		
6.4. Proibição de doação ao cônjuge adúltero (vedação de doação à concubina).....	970	6. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	987
6.5. Proibição de doação pelo devedor insolvente.....	970	1. Noções conceituais da prestação de serviços e suas características.....	987
7. Situações especiais de doação.....	970	2. Classificação do contrato de prestação de serviços.....	988
7.1. Generalidades.....	970	3. Objeto da prestação de serviços.....	988
7.2. Doação pura e simples e doação com condição (condicional), a termo ou com encargo (modal).....	970	4. Remuneração do prestador de serviços.....	989
7.3. Doação remuneratória.....	972	4.1. Generalidades.....	989
7.4. Doação mista.....	972	4.2. Arbitramento da remuneração pelo juiz.....	990
7.5. Doação contemplativa ou meritória.....	972	4.3. Compensação ao prestador de serviço não habilitado profissionalmente.....	990
7.6. Doação conjuntiva ou em comum a mais de uma pessoa.....	972	5. Prazo de duração da prestação de serviços.....	990
7.7. Doação de ascendente para descendente....	972	6. Aliciamento do prestador de serviços.....	991
7.8. Doação para entidade futura.....	973	7. Obrigações recíprocas na prestação de serviços.....	992
7.9. Doação em contemplação de casamento futuro com pessoa certa e determinada (doação <i>propter nuptias</i>).....	973	8. Extinção do contrato de prestação de serviços e o direito à certificação.....	992
8. Doação de bens públicos.....	973		
9. Revogação da doação.....	974	7. CONTRATO DE EMPREITADA.....	994
9.1. A extinção da doação.....	974	1. Noções conceituais sobre a empreitada e distinções relevantes.....	994
9.2. A revogação da doação.....	974	1.1. Conceito.....	994
9.3. Irrenunciabilidade antecipada do direito de revogar a doação.....	975	1.2. O objeto da empreitada.....	995
9.4. Revogação da doação por descumprimento do encargo.....	975	1.3. Possibilidade de caracterização da empreitada como relação consumerista.....	995
9.5. Revogação da doação por ingratidão do donatário.....	976	2. Classificação do contrato de empreitada, a possibilidade de subempreitada e os efeitos da morte do empreiteiro.....	995
		3. Espécies de empreitada.....	996
5. CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO: COMODATO E MÚTUO.....	978	3.1. Generalidades.....	996
1. Noções conceituais sobre empréstimo como uma figura contratual.....	978	3.2. Empreitada de labor ou de mão de obra.....	996
2. O comodato.....	978	3.3. Empreitada de materiais ou mista.....	997
2.1. Noções conceituais.....	978	3.4. Empreitada por administração.....	997
2.2. Elementos caracterizadores do comodato.....	979	3.5. <i>Engineering</i>	997
2.3. Prazo do empréstimo.....	980	4. O preço da empreitada.....	997
2.4. Classificação do comodato.....	981	4.1. Noções gerais sobre o preço.....	997
2.5. Promessa de comodato (<i>pactum de commodando</i>).....	981	4.2. Espécies de empreitada em relação ao preço.....	998
2.6. Obrigações do comodatário.....	981	5. O recebimento da obra.....	998
2.7. Obrigações do comodante.....	982	6. Prazo de garantia e responsabilidade do empreiteiro.....	999
2.8. Comodato de bem público.....	982	6.1. Responsabilidade do empreiteiro pela segurança e pela solidez da obra entregue ao proprietário.....	999
2.9. Teoria dos riscos no contrato de comodato.....	982	6.2. Responsabilidade do empreiteiro quando a relação é consumerista.....	1000
2.10. Extinção do comodato.....	983		

REAIS

Uma palavra introdutória: contextualizando a
questão em nossos dias..... 1055

2.4. Taxatividade	1059	12.3.4. As benfeitorias e a posse derivada de relações contratuais	1092
3. A relação jurídica de direito real	1060	12.4. Direito à usucapião	1093
4. Classificação	1061	12.5. Ações possessórias	1093
5. Obrigações <i>propter rem</i>	1061	12.5.1. Fundamento da proteção possessória	1093
2. POSSE 1064		12.5.2. A tutela jurisdicional da posse	1094
1. Breve histórico da posse	1064	12.5.3. As ações possessórias em espécie	1095
2. Teorias e definição da posse	1064	12.5.3.1. Reintegração de posse	1096
2.1. Teoria subjetiva (clássica) de Savigny	1064	12.5.3.2. Manutenção de posse	1098
2.2. Teoria objetiva de Ihering	1065	12.5.3.3. Interdito proibitório	1098
2.3. Definição da posse	1065	12.5.3.4. Autoexecutoriedade	1099
3. Natureza da posse	1065	12.5.4. Aspectos processuais das ações possessórias	1099
4. A função social da posse e o direito de moradia	1067	12.5.4.1. Aspectos gerais	1099
4.1. Generalidades: a posse vocacionada à pessoa humana	1067	12.5.4.2. O processo nos conflitos possessórios coletivos	1102
4.2. A desapropriação judicial indireta (ou desapropriação privada)	1068	12.5.4.2.1. O processo nos conflitos possessórios coletivos de “Força Velha”	1102
4.3. A legitimação da posse	1071	12.5.4.2.2. O processo nos conflitos possessórios coletivos de “Força nova”	1105
4.4. A posse e os conflitos multitudinários	1073	12.5.4.3. Natureza dúplice das possessórias	1105
4.4.1. A tensão entre posse e propriedade	1073	12.5.4.4. Fungibilidade das possessórias	1105
4.4.2. Intervenção do Ministério Público ..	1073	12.5.4.5. Cumulação de pedidos	1106
4.4.3. As invasões coletivas	1074	12.5.4.6. Competência para processar e julgar a ação possessória ..	1107
4.4.4. As ocupações coletivas	1075	12.6. A tutela da posse por outros mecanismos ..	1107
5. Objeto da posse	1075	12.6.1. Imissão de posse	1107
6. Desdobramento da posse	1076	12.6.2. Ação de nunciação de obra nova ..	1108
7. Composse	1078	3. PROPRIEDADE 1109	
8. Detenção	1078	1. Breve histórico da propriedade	1109
9. Classificação da posse	1082	2. Propriedade e domínio	1110
9.1. Vícios objetivos da posse	1082	3. Da propriedade às propriedades	1111
9.2. Vício subjetivo da posse	1083	3.1. Propriedades versus propriedades	1111
10. Interversão (convalescimento) da posse	1084	3.2. A propriedade intelectual	1111
11. Aquisição e perda da posse de bens imóveis – estado da arte	1085	3.3. A multipropriedade	1112
11.1. Modos de aquisição e perda da posse de bens imóveis	1085	4. O direito fundamental de propriedade como garantia de liberdade	1113
11.1.1. Modos clássicos de aquisição e perda da posse imobiliária	1085	5. O direito fundamental à propriedade como acesso ao mínimo existencial	1113
11.1.2. Aquisição e perda da posse imobiliária na contemporaneidade ..	1087	6. Estrutura do direito de propriedade	1114
11.1.2.1. A aquisição da posse coletiva	1087	6.1. Faculdade de usar	1114
11.1.2.2. Aquisição titulada da posse de bens públicos	1087	6.2. Faculdade de gozar	1115
11.2. Conclusão	1089	6.3. Faculdade de dispor	1115
12. Efeitos	1089	6.4. Faculdade de reivindicar	1115
12.1. Direito aos frutos	1089	7. Principais atributos da propriedade	1116
12.2. Responsabilidade civil do possuidor	1090	7.1. Exclusividade	1116
12.3. Direito às benfeitorias	1090	7.2. Perpetuidade	1116
12.3.1. Noções gerais	1091	7.3. Elasticidade e consolidação	1117
12.3.2. As benfeitorias e a posse	1091	8. Função social das propriedades	1117
12.3.3. As benfeitorias e o direito de retenção	1092		

8.1. Generalidades.....	1118	11.2.13. Usucapião indígena	1153
8.2. Noção de função social.....	1118	11.2.14. Usucapião especial do artigo 68 do ADCT.....	1153
8.3. A propriedade como direito subjetivo com função social.....	1118	11.2.15. Usucapião pró-família.....	1153
8.4. A propriedade como relação jurídica complexa.....	1119	11.2.16. Questões procedimentais e processuais da usucapião.....	1155
8.5. Função social da propriedade urbana.....	1119	11.2.17. Usucapião como defesa	1157
8.6. Função social da propriedade rural	1120	11.3. Acesso	1158
8.7. Função social das diversas propriedades.....	1122	11.3.1. Acesso natural.....	1158
8.8. Síntese	1123	11.3.2. Acesso artificial – construções e plantações.....	1159
9. A extensão das faculdades da propriedade	1123	11.3.2.1. Aspectos gerais.....	1159
10. Da descoberta.....	1124	11.3.2.2. A tensão entre a propriedade e a posse.....	1160
11. Modos de aquisição da propriedade imobiliária	1125	11.3.2.3. A desapropriação no interesse privado.....	1161
11.1. Registro.....	1125	11.4. Legitimação fundiária.....	1162
11.1.1. Princípios regentes	1125	12. Modos de perda da propriedade	1164
11.1.2. Da relação obrigacional para a eficácia real.....	1125	12.1. Alienação.....	1164
11.1.3. Aproximação entre o título e o modo	1126	12.2. Renúncia.....	1164
11.1.4. Princípio da Concentração na Matrícula Imobiliária – Lei n. 13.097/15.....	1127	12.3. Abandono.....	1165
11.1.5. Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp) – Lei n. 14.382/22....	1128	12.4. Perecimento.....	1166
11.1.6. Função social registral	1129	12.5. Desapropriação.....	1166
11.1.7. Atributos do registro	1129	13. Modos de aquisição da propriedade móvel.....	1167
11.1.8. Distinções terminológicas.....	1135	13.1. Ocupação.....	1167
11.1.9. O Ato Notarial Eletrônico, a Matrícula Notarial Eletrônica e a assinatura digital: a propriedade digital e o registro público no século XXI.....	1135	13.2. Achado do tesouro.....	1167
11.2. Usucapião	1137	13.3. Especificação	1168
11.2.1. Breve histórico	1137	13.4. Confusão, comissão e adjunção	1168
11.2.2. Conceito e natureza jurídica	1137	13.5. Usucapião	1169
11.2.3. Requisitos da usucapião.....	1138	13.6. Tradição.....	1170
11.2.3.1. Requisitos pessoais	1138	14. Propriedade resolúvel e <i>ad tempus</i>	1171
11.2.3.2. Requisitos reais	1139	15. A propriedade aparente	1172
11.2.3.3. Requisitos formais.....	1141	15.1. A fragmentação do direito de propriedade..	1172
11.2.3.3.1. A Lei 14.010/2020 e a usucapião.....	1141	15.2. O significado da propriedade aparente	1172
11.2.4. Usucapião extraordinária	1142	15.3. Quatro aplicações da aparência no direito de propriedade	1172
11.2.5. Usucapião ordinária	1143	16. Propriedade fiduciária	1173
11.2.5.1. Justo título	1144	16.1. Noções introdutórias	1173
11.2.5.2. Boa-fé.....	1145	16.2. Conceito, elementos e natureza jurídica.....	1174
11.2.6. Usucapião tabular.....	1145	16.3. Constituição da propriedade fiduciária.....	1174
11.2.7. Direito intertemporal nas usucapiões extraordinária e ordinária	1145	16.4. Características da propriedade fiduciária.....	1175
11.2.8. Usucapião especial (urbana).....	1146	16.5. O inadimplemento do devedor fiduciante no regime do Código Civil.....	1177
11.2.9. Usucapião urbana coletiva.....	1147	16.6. A propriedade fiduciária especial de bens móveis do DL 911/69.....	1178
11.2.10. Usucapião urbana administrativa.....	1149	16.7. O fim da prisão civil do depositário infiel	1180
11.2.11. Usucapião Extrajudicial (art. 216-A da Lei dos Registros Públicos – alterada pela Lei 13.465/17).....	1150	16.8. A propriedade fiduciária de bens imóveis (Lei n. 9.514/97 atualizada pela Lei n. 13.465/17) e as questões do Marco Legal das Garantias (Lei n. 14.711/2023)	1180
11.2.12. Usucapião rural	1152	16.9. A propriedade fiduciária e o arrendamento mercantil	1189
		16.10. Propriedade fiduciária e reserva de domínio.....	1190
		17. Propriedade superficiária	1190
		17.1. Conceito e Natureza Jurídica.....	1190

17.2. Conteúdo do direito de superfície.....	1191	3.8. Administração do condomínio.....	1227
17.3. Superfície e a laje.....	1193	3.8.1. Síndico.....	1227
17.4. O direito de superfície no Estatuto da Cidade – o diálogo de fontes.....	1194	3.8.2. Assembleia geral.....	1228
17.5. Extinção do direito de superfície.....	1195	3.8.3. Conselho fiscal.....	1229
17.6. A superfície e outros modelos jurídicos.....	1196	3.9. Extinção do condomínio edilício.....	1230
18. A Laje.....	1197	3.10. O condomínio e o direito real de laje.....	1230
18.1. Conceito e noções fundamentais.....	1197	4. Condomínio de casas.....	1231
18.2. As espécies de laje.....	1198	5. O condomínio de lotes.....	1232
4. DIREITOS DE VIZINHANÇA.....	1200	5.1. Os “loteamentos fechados”.....	1232
1. Noções gerais.....	1200	5.2. Os condomínios de lotes.....	1233
2. Uso anormal da propriedade.....	1201	5.3. O loteamento de acesso controlado.....	1233
2.1. Uso normal, causando incômodos normais – solução: nenhum direito para o prejudicado (danos lícitos e ato lícito).....	1201	6. O Condomínio em Multipropriedade.....	1234
2.2. Uso normal, causando incômodos anormais, mas socialmente necessários – solução: direito do prejudicado à indenização (dano ilícito oriundo de ato lícito).....	1201	6.1. Noções Gerais.....	1234
2.3. Uso anormal, causando danos anormais, sem justificação social, por inexistir interesse coletivo na atividade – solução: o prejudicado pode exigir a cessação do uso (dano ilícito oriundo de ato ilícito).....	1202	6.2. A regulamentação jurídica do Condomínio Multiproprietário (Lei n. 13.777/18).....	1235
3. Árvores limítrofes.....	1202	7. Os fundos de investimento.....	1237
4. Passagem forçada.....	1203	6. DIREITOS REAIS EM COISA ALHEIA.....	1241
5. Da passagem de cabos e tubulações.....	1203	1. Introdução.....	1241
6. Das águas.....	1204	2. A função social dos direitos reais sobre coisa alheia.....	1241
7. Limites entre prédios e direito de tapagem.....	1205	3. Direitos reais de fruição.....	1242
8. Direito de construir.....	1207	3.1. Enfitese.....	1242
8.1. O direito de construir e a função social da propriedade.....	1207	3.1.1. Supressão do instituto no Código Civil de 2002.....	1242
8.2. O direito de construir no Código Civil.....	1208	3.1.2. Noções gerais.....	1242
5. CONDOMÍNIO.....	1210	3.1.3. Objeto.....	1242
1. Noções gerais.....	1210	3.1.4. Modos de aquisição.....	1243
2. Condomínio ordinário.....	1211	3.1.5. Conteúdo.....	1243
2.1. Classificação.....	1211	3.1.6. Modos de extinção (art. 692 do CC/1916).....	1244
2.2. Conteúdo da cotitularidade.....	1211	3.1.7. Peculiaridades.....	1245
2.3. Exercício da cotitularidade.....	1212	3.2. Servidão.....	1245
2.4. Extinção do condomínio voluntário.....	1213	3.2.1. Breve histórico.....	1245
2.5. Administração do condomínio.....	1215	3.2.2. Conceito e natureza jurídica.....	1245
2.6. Condomínio necessário.....	1215	3.2.3. Distinções necessárias.....	1246
3. Condomínio edilício.....	1216	3.2.4. Classificação.....	1247
3.1. Noções gerais.....	1216	3.2.5. Modos de constituição.....	1248
3.2. Natureza jurídica.....	1217	3.2.6. Exercício.....	1248
3.3. Elementos constitutivos.....	1218	3.2.7. Extinção.....	1250
3.3.1. Convenção de condomínio.....	1219	3.2.8. Tutela processual das servidões.....	1251
3.3.2. Regimento interno.....	1220	3.3. Usufruto.....	1251
3.4. Direitos dos condôminos.....	1220	3.3.1. Conceito e características.....	1251
3.5. Deveres dos condôminos.....	1222	3.3.2. Distinções necessárias.....	1252
3.6. As sanções punitivas condominiais.....	1224	3.3.3. Objeto.....	1252
3.7. O inadimplemento condominial.....	1226	3.3.4. Modos de constituição.....	1253
		3.3.5. Direitos do usufrutuário.....	1255
		3.3.6. Obrigações do usufrutuário.....	1257
		3.3.7. Extinção.....	1258
		3.4. Direito real de uso.....	1261
		3.4.1. O modelo do Código Civil.....	1261
		3.4.2. A concessão de direito real de uso.....	1261

Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias	1295
1. INTRODUÇÃO E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO DAS FAMÍLIAS	1298
1. As famílias	1298
1.1. A evolução da compreensão jurídica e social da família e os seus referenciais contemporâneos	1298
1.2. A família como instrumento de proteção avançada da pessoa humana (visão civil-constitucional da família).....	1299
2. O direito das famílias	1299
2.1. Noções conceituais.....	1299
2.2. Estrutura do direito das famílias.....	1300
2.3. Objeto de estudo do direito das famílias.....	1300
2.4. A natureza jurídica das normas do Direito das Famílias	1300
2.5. A intervenção mínima do Estado nas relações familiares (o Direito das Famílias mínimo).....	1301
2.6. A privacidade familiar	1302
3. Importância e conteúdo atual do direito das famílias: o afeto como elemento estrutural da família contemporânea.....	1302
4. Fontes do direito das famílias.....	1303
5. As garantias constitucionais das relações familiares (princípios constitucionais do direito das famílias e as suas tendências contemporâneas)	1303
5.1. As famílias na Constituição da República de 1988 e a cláusula geral de inclusão (a família eudemonista).....	1303
5.2. A não taxatividade do rol constitucional.....	1304
5.3. Princípios constitucionais específicos do direito das famílias.....	1304
5.3.1. Princípio da pluralidade das entidades familiares	1304
5.3.2. Princípio da igualdade (isonomia) entre o homem e a mulher.....	1308
5.3.3. Princípio da igualdade substancial entre os filhos e do melhor interesse das crianças e dos adolescentes	1309
5.3.4. Princípio do planejamento familiar e da responsabilidade parental (o tratamento jurídico da alienação parental).....	1310
5.3.5. Princípio da facilitação da dissolução do casamento	1312
6. A aplicação do Direito das Famílias e os desacordos morais razoáveis.....	1313
7. A aplicação da boa-fé objetiva nas relações familiares (o abuso do direito, o <i>venire contra factum proprium</i> e a <i>suppressio/surrectio</i> nas relações familiares)	1314

7.1. A confiança nas relações patrimoniais de família: a boa-fé objetiva.....	1314	2.11.3. O procedimento de habilitação e as suas fases.....	1328
7.2. Aplicação do <i>venire contra factum proprium</i> e da <i>supressio</i> e <i>surrectio</i> no âmbito das relações familiares.....	1314	2.12. Casamento de militares.....	1329
8. A função social da família.....	1315	2.13. Casamento dos servidores do Serviço Exterior Brasileiro.....	1329
9. Responsabilidade civil no direito das famílias.....	1315	2.14. Contrato de emprego entre cônjuges.....	1330
10. a perda de uma chance nas relações de família.....	1317	3. Existência, validade e eficácia do casamento.....	1330
2. O CASAMENTO (A FAMÍLIA MATRIMONIALIZADA)	1318	3.1. Os planos do mundo jurídico aplicáveis ao casamento.....	1330
1. Uma visão constitucional do casamento.....	1318	3.2. A existência do casamento.....	1330
2. Estrutura jurídica do casamento.....	1318	3.3. A validade do casamento.....	1331
2.1. Noções conceituais.....	1318	3.3.1. Generalidades.....	1331
2.2. Finalidades do casamento.....	1319	3.3.2. O casamento nulo (invalidade absoluta).....	1331
2.3. Natureza jurídica do casamento.....	1319	3.3.3. O casamento anulável (invalidade relativa).....	1332
2.4. Características do casamento.....	1320	3.3.4. Anulabilidade por erro essencial sobre a pessoa do cônjuge.....	1333
2.5. Prova do casamento.....	1321	3.3.5. Quadro comparativo das características do casamento nulo e do anulável.....	1334
2.6. Os esposais (a promessa de casamento e os seus efeitos jurídicos).....	1321	3.3.6. O casamento putativo.....	1334
2.7. Agências de casamento (corretagem matrimonial).....	1322	4. Celebração do casamento.....	1335
2.8. Modalidades de casamento e o modelo civil de casamento adotado pelo sistema brasileiro.....	1322	4.1. Noções gerais.....	1335
2.9. Impedimentos matrimoniais.....	1323	4.2. Formalidades da celebração.....	1336
2.9.1. Noções conceituais.....	1323	4.3. O momento da celebração.....	1336
2.9.2. Oposição dos impedimentos matrimoniais.....	1323	4.4. O casamento consular.....	1336
2.9.3. Classificação dos impedimentos.....	1324	4.5. O casamento religioso com efeitos civis posteriores.....	1337
2.9.4. Impedimentos resultantes do parentesco.....	1324	4.6. Conversão da união estável em casamento.....	1338
2.9.5. Impedimento resultante de casamento anterior (proibição da bigamia).....	1325	4.7. Formas excepcionais de casamento: o casamento em iminente risco de vida e o casamento nuncupativo.....	1338
2.9.6. Impedimento resultante da prática de crime.....	1325	5. Efeitos jurídicos decorrentes do casamento.....	1340
2.10. Causas suspensivas matrimoniais.....	1325	5.1. Generalidades.....	1340
2.10.1. Noções conceituais.....	1325	5.2. Efeitos sociais.....	1340
2.10.2. Oposição das causas suspensivas.....	1325	5.3. Efeitos pessoais.....	1340
2.10.3. Causas suspensivas fundadas na confusão patrimonial.....	1326	5.3.1. Noções gerais.....	1340
2.10.4. Causas suspensivas fundadas em confusão de sangue (<i>turbatio sanguinis</i>).....	1326	5.3.2. A possibilidade de acréscimo do sobrenome do cônjuge.....	1341
2.10.5. Causa suspensiva fundada em tutela ou curatela.....	1326	5.3.3. Fixação do domicílio conjugal.....	1341
2.10.6. Possibilidade de afastamento de causas suspensivas.....	1326	5.3.4. Os direitos e deveres recíprocos.....	1341
2.11. A habilitação para o casamento.....	1327	5.4. Efeitos patrimoniais.....	1342
2.11.1. Lineamentos gerais sobre a habilitação para o casamento.....	1327	5.5. A não fluência de prazo prescricional entre cônjuges na constância do casamento e a possibilidade de usucapião conjugal (usucapião por abandono de lar).....	1343
2.11.2. A capacidade para o casamento e a possibilidade de suprimento judicial de idade e de consentimento.....	1327	5.6. As relações jurídicas entre os cônjuges-empresários.....	1343
		3. O REGIME DE BENS DO CASAMENTO..	1345
		1. O regime de bens em perspectiva civil-constitucional.....	1345
		1.1. Os efeitos econômicos do casamento e a possibilidade de controle através do regime de bens: o estatuto patrimonial do casamento.....	1345

1.2. A teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana aplicada nas relações econômicas matrimoniais: o regime de bens à luz da normatividade constitucional	1345	4. A DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO (O DIVÓRCIO)	1365
2. Lineamentos sobre o regime de bens.....	1346	1. Uma compreensão constitucional da dissolução do casamento: o direito de não permanecer casado	1365
2.1. Noções conceituais sobre o regime de bens.....	1346	2. A dissolução do casamento.....	1366
2.2. Princípios norteadores do regime de bens...	1346	2.1. Escorço histórico evolutivo da dissolução do casamento.....	1366
2.2.1. Generalidades	1346	2.2. O sistema unificado de dissolução do casamento	1366
2.2.2. A liberdade de escolha do regime de bens.....	1346	2.3. A manutenção da separação de corpos como medida jurídica possível e a possibilidade de mandado de distanciamento.....	1368
2.2.3. Variedade do regime de bens.....	1349	2.4. A importância da separação de fato como um instrumento idôneo para cessar efeitos jurídicos do casamento (teoria da primazia da realidade afetiva).....	1368
2.2.4. Mutabilidade motivada do regime de bens.....	1350	2.5. A dissolução do casamento pela morte	1369
2.3. Eficácia do regime de bens no casamento ...	1352	2.6. A morte presumida como causa dissolutória do casamento.....	1369
2.4. Regime de bens na união estável.....	1352	3. O divórcio.....	1370
3. A administração de bens e a prática dos atos de disposição.....	1353	3.1. O divórcio em perspectiva histórica e em leitura civil-constitucional.....	1370
3.1. A prática de atos jurídicos pelas pessoas casadas.....	1353	3.2. Noções conceituais.....	1371
3.2. Atos que independem do consentimento do consorte.....	1353	3.3. Requisito constitucional único para o divórcio	1371
3.3. A proteção dos terceiros de boa-fé.....	1354	3.4. Objeto cognitivo da ação de divórcio e a possibilidade de resolução parcial do mérito da causa (art. 356 do Código de Processo Civil de 2015).....	1372
3.4. Atos que dependem do consentimento do cônjuge.....	1354	3.5. Superação do regime diferenciado do divórcio	1372
3.4.1. A exigência de consentimento para determinados atos.....	1354	3.6. O divórcio litigioso e o divórcio consensual.....	1372
3.4.2. (In)aplicabilidade da exigência de outorga do companheiro na união estável	1355	3.7. O divórcio consensual.....	1373
3.4.3. Inaplicabilidade às pessoas casadas em regime de separação absoluta de bens.....	1356	3.7.1. Generalidades	1373
3.4.4. Possibilidade de suprimento judicial do consentimento.....	1356	3.7.2. O divórcio consensual em juízo	1373
3.4.5. A anulabilidade do ato praticado sem autorização do cônjuge	1356	3.7.3. O divórcio consensual por escritura pública (o divórcio administrativo)..	1374
3.4.6. Impossibilidade de gestão patrimonial por um dos consortes..	1357	3.8. O divórcio litigioso.....	1375
4. O pacto antenupcial.....	1357	4. Características (materiais e processuais) do divórcio.....	1375
4.1. Noções conceituais, natureza jurídica e conteúdo.....	1357	5. Situações patrimoniais controvertidas no divórcio.....	1377
4.2. Formalidades essenciais e o registro em cartório de imóveis.....	1358	5.1. A possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica no divórcio e o procedimento especial estabelecido pelo Código de Processo Civil de 2015	1377
4.3. Pacto antenupcial celebrado por nubentes menores de idade.....	1358	5.2. Outras controvérsias patrimoniais relevantes	1378
4.4. Permissivo de dispensa de outorga do cônjuge no regime de participação final nos aquestos	1359	5.3. O divórcio post mortem.....	1379
5. Os diferentes regimes de bens	1359	5. A UNIÃO ESTÁVEL (A FAMÍLIA CONVIVENCIAL).....	1380
5.1. Generalidades.....	1359	1. Uma mirada civil-constitucional sobre a união estável	1380
5.2. O regime de comunhão parcial de bens.....	1359	2. Escorço histórico: a união estável na lente da jurisprudência brasileira.....	1381
5.3. O regime de comunhão universal de bens...	1361		
5.4. O regime de separação convencional ou absoluta de bens	1362		
5.5. O regime de participação final nos aquestos.....	1363		

3. A união estável, o concubinato e a sociedade de fato: distinções necessárias	1382	6.3.5. O contrato de namoro e seus efeitos sobre a união estável	1396
3.1. A união livre e a sociedade de fato	1382	6.3.6. O contrato de convivência e os companheiros sócios	1396
3.2. O concubinato, o seu tratamento jurídico e as vedações do sistema legal: inadmissibilidade de simultaneidade de núcleos familiares pelo sistema jurídico	1382	6.4. Alimentos na união estável	1397
3.3. A união estável	1383	6.5. Direito aos benefícios previdenciários	1397
3.4. O poliamorismo e a possibilidade de caracterização de uma união estável putativa	1384	6.6. Efeitos tributários	1397
4. Elementos caracterizadores da união estável	1384	6.7. Impenhorabilidade do bem de família	1398
4.1. Noções gerais	1384	7. Conversão da união estável em casamento	1398
4.2. O <i>intuitu familiae</i> (ânimo de constituir uma família)	1385	8. Aspectos processuais da união estável	1399
4.3. A questão da dualidade de sexos e as uniões de pessoas do mesmo sexo (as uniões homoafetivas)	1385	9. Ações típicas da união estável	1399
4.4. A estabilidade	1386	6. O PARENTESCO.....	1401
4.5. A continuidade	1386	1. Noções conceituais sobre o parentesco	1401
4.6. A publicidade	1386	1.1. O vínculo parental: linhas e graus	1402
4.7. A ausência de impedimentos matrimoniais e não incidência das causas suspensivas	1387	1.2. Efeitos jurídicos decorrentes do parentesco	1403
4.8. A união estável putativa e a possibilidade excepcional de simultaneidade de núcleos familiares	1387	2. As espécies de parentesco	1404
5. Efeitos pessoais da união estável	1389	2.1. Espécies de parentesco	1404
5.1. As relações pessoais entre os companheiros	1389	2.2. O parentesco por afinidade	1404
5.2. Os deveres recíprocos entre os companheiros e a dispensa da coabitação	1389	2.3. O parentesco e a obrigação alimentar	1405
5.3. Direito ao uso do sobrenome do companheiro	1390	7. A FILIAÇÃO E O RECONHECIMENTO DE FILHOS.....	1407
5.4. Estabelecimento de vínculo de parentesco por afinidade	1390	1. A filiação à luz do direito civil- -constitucional	1407
5.5. Adoção por companheiros	1390	2. Noções elementares sobre a filiação	1407
5.6. Exercício da curatela pelo companheiro na ação de interdição e na ação declaratória de ausência	1391	2.1. Noções conceituais sobre a filiação	1407
5.7. Sub-rogação e retomada na locação de imóvel urbano	1391	2.2. A prova da filiação e a admissibilidade da posse do estado de filho	1408
5.8. A questão da indenização por descumprimento dos deveres pessoais entre os companheiros (a responsabilidade civil na união estável)	1391	2.3. A filiação decorrente de gestação em útero alheio ("barriga de aluguel")	1409
5.9. Enquadramento como herdeiro necessário	1392	2.4. A questão da responsabilidade civil na filiação	1409
5.10. Impedimento para testemunhar	1392	2.5. O parto anônimo ("roda dos enjeitados") e a questão filiatória	1411
6. Efeitos patrimoniais	1392	2.6. A filiação e o planejamento familiar garantido constitucionalmente	1412
6.1. As consequências econômicas da união estável	1392	3. Critérios determinantes da filiação	1413
6.2. O regime de bens e o direito à meação	1392	3.1. Generalidades	1413
6.3. O contrato de convivência na união estável e seus efeitos	1394	3.2. Critério da presunção legal (a presunção <i>pater is est</i>)	1413
6.3.1. Contornos gerais do contrato de convivência	1394	3.2.1. O significado e o alcance da presunção <i>pater is est</i>	1413
6.3.2. Celebração do contrato de convivência e modificabilidade	1395	3.2.2. A efetiva incidência da presunção de paternidade na união estável como mecanismo de garantia da igualdade entre os filhos	1413
6.3.3. Eficácia do pacto convivencial	1395	3.2.3. Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação natural (mecanismo sexual)	1414
6.3.4. Conteúdo	1395	3.2.4. Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação assistida	1414
		3.2.5. A possibilidade de negar a filiação presumida por lei (ação negatória de paternidade ou maternidade)	1417
		3.3. Critério biológico (exame DNA)	1418
		3.4. Critério afetivo (a filiação socioafetiva)	1418

3.5. A multiparentalidade ou pluriparentalidade (teoria tridimensional aplicada à filiação).....	1419	2.2.5. Imprescritibilidade	1441
3.6. A coparentalidade e os seus efeitos jurídicos	1420	2.2.6. (In)Transmissibilidade	1441
4. O reconhecimento de filhos.....	1421	2.2.7. A não solidariedade da obrigação alimentícia e a possibilidade de convocação dos demais coobrigados (CC, art. 1.698)	1442
4.1. O reconhecimento voluntário de filhos.....	1421	2.2.8. Irrepetibilidade	1443
4.2. O procedimento (administrativo) de averiguação oficiosa	1423	2.2.9. Incompensabilidade.....	1444
4.3. O reconhecimento forçado de filhos (a ação de investigação de parentalidade).....	1424	2.2.10. Impenhorabilidade	1444
4.3.1. Generalidades	1424	2.3. Sujeito ativo e sujeito passivo dos alimentos	1444
4.3.2. Legitimidade ativa	1426	2.3.1. Noções gerais sobre os sujeitos da obrigação alimentar.....	1444
4.3.3. Legitimidade passiva.....	1427	2.3.2. Alimentos entre cônjuges.....	1444
4.3.4. Litisconsórcio.....	1427	2.3.3. Alimentos entre companheiros (os alimentos na união estável).....	1445
4.3.5. Competência.....	1427	2.3.4. Alimentos decorrentes do parentesco	1446
4.3.6. A resposta do réu e a <i>exceptio plurium concubentium</i>	1428	2.3.5. Alimentos prestados em favor do nascituro (os alimentos gravídicos) .	1446
4.3.7. A prova nas ações investigatórias de parentalidade	1428	2.4. Fixação do <i>quantum</i> alimentício (o trinômio necessidade de quem recebe × capacidade contributiva de quem paga × proporcionalidade).....	1447
4.3.8. A sentença nas ações filiatórias, a fixação de alimentos e o registro do sobrenome de família	1429	2.5. A indignidade do alimentando (credor) e os seus possíveis efeitos jurídicos	1447
4.3.9. A coisa julgada nas ações filiatórias	1430	3. Espécies de alimentos (classificação dos alimentos).....	1448
8. A GUARDA DE FILHOS	1431	3.1. Quanto à origem: legítimos, voluntários e ressarcitórios.....	1448
1. A guarda em visão conforme a Constituição.....	1431	3.2. Quanto à natureza: civis e naturais (para a subsistência)	1448
2. O regime dualista da guarda no sistema jurídico brasileiro.....	1431	3.3. Quanto ao momento procedimental para a sua concessão: provisórios e definitivos.....	1448
3. A guarda de filhos e o melhor interesse da criança ou adolescente.....	1432	3.4. Alimentos transitórios	1449
4. A guarda de filhos no Código Civil: unilateral e compartilhada	1434	4. A ação de exoneração de alimentos e as suas peculiaridades procedimentais.....	1449
5. A guarda compartilhada	1434	5. A prisão civil do devedor de alimentos.....	1450
5.1. Noções gerais sobre a guarda compartilhada	1434	6. A execução dos alimentos pretéritos	1451
5.2. Critérios para o seu compartilhamento da guarda	1434	7. A prestação de contas em alimentos.....	1451
5.3. A possibilidade de compartilhamento da guarda nas demandas litigiosas: da normatividade expressa para além do texto codificado	1435	10. A TUTELA E A CURATELA DOS INTERDITOS (INSTITUTOS PROTETIVOS COMPLEMENTARES DA FAMÍLIA).....	1453
5.4. A questão da guarda compartilhada quando houver violência.....	1436	1. Institutos protetivos da família na ótica civil-constitucional	1453
6. O apadrinhamento de criança e adolescente como mecanismo de inclusão social, prioridade absoluta e proteção integral.....	1437	2. A tutela	1454
9. OS ALIMENTOS	1438	2.1. A tutela como instrumento de concretização da proteção integral constitucionalmente dedicada à criança e ao adolescente (e estendida ao jovem, pela Emenda Constitucional n. 65/10)	1454
1. Os alimentos na visão civil- -constitucional.....	1438	2.2. Noções conceituais sobre a tutela	1454
2. Noções gerais sobre os alimentos.....	1438	2.3. Modalidades de tutela.....	1455
2.1. Noções conceituais e natureza jurídica	1438	2.4. Manifestação de vontade do tutelado.....	1456
2.2. Características	1439	2.5. Incapacidade para a tutela.....	1456
2.2.1. Caráter personalíssimo	1439		
2.2.2. Irrenunciabilidade	1440		
2.2.3. Atualidade.....	1440		
2.2.4. Futuridade.....	1440		

2.6. Escusa dos tutores	1456	2.9. (Im)Possibilidade da adoção de nascituro e de embriões	1479
2.7. Garantia da tutela.....	1457	2.10. A adoção póstuma	1480
2.8. O protutor	1457	2.11. O parto anônimo e a sua correlação com a adoção.....	1480
2.9. Exercício da tutela.....	1457	2.12. Efeitos jurídicos da adoção.....	1480
2.9.1. Generalidades	1457	2.13. A possibilidade de mudança de nome na adoção.....	1481
2.9.2. O exercício da tutela em relação à pessoa do tutelado	1458	2.14. O desligamento do núcleo familiar: a irrevogabilidade e irretratabilidade da adoção e a possibilidade excepcional de derrotabilidade da regra legal.....	1481
2.9.3. O exercício da tutela em relação ao patrimônio do tutelado	1458	3. Aspectos processuais da adoção.....	1482
2.10. Responsabilidade judicial na tutela	1459	3.1. Generalidades: o processo judicial de adoção.....	1482
2.11. Responsabilidade do tutor pelo dano causado pelo tutelado (responsabilidade pelo fato de terceiro).....	1459	3.2. Competência	1482
2.12. Prestação de contas	1459	3.3. A atuação do Ministério Público	1483
2.13. Extinção da tutela	1460	3.4. O cadastro e o procedimento de habilitação dos pretendentes à adoção	1483
3. A curatela	1460	3.5. A sentença no procedimento de adoção.....	1483
3.1. Noções conceituais sobre a curatela.....	1460	12. O ECA DIGITAL	1484
3.2. O tratamento jurídico dedicado à pessoa com deficiência pelo Direito Civil	1461	12.1. Contexto.....	1484
3.3. Espécies de curatela: as hipóteses de incapacidades à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência	1462	12.2. DEVERES NO ECA DIGITAL	1485
3.4. A curatela especial do nascituro	1464	12.2.1. Dever de observar a prioridade absoluta e o melhor interesse da criança e do adolescente.....	1485
3.5. As pessoas com deficiência que podem exprimir vontade e o procedimento especial de Tomada de Decisão Apoiada (TDA)	1464	12.2.2. Dever de adotar a configuração mais protetiva (por padrão).....	1485
3.6. A situação jurídica das pessoas com deficiência que foram interditas, sob o regime anterior, mas podem exprimir vontade (aplicação temporal do Estatuto da Pessoa com Deficiência).....	1466	12.2.3. Deveres de gestão proativa e contínua de riscos.....	1485
3.7. Críticas (justas) à nova teoria das incapacidades.....	1466	12.2.4. Deveres de informação e de transparência qualificada	1485
3.8. O reconhecimento das incapacidades e a ação de curatela.....	1467	12.2.5. Deveres de governança e <i>accountability</i>	1486
3.8.1. As incapacidades e a proteção da dignidade humana do curatelando (a curatela em visão civil-constitucional).....	1467	12.2.6. Deveres de supervisão parental.....	1486
3.8.2. A ação de curatela.....	1467	12.3. VEDAÇÕES CRIADAS PELO ECA DIGITAL	1486
3.8.3. A validade dos atos praticados pelo incapaz antes da decisão de curatela.....	1472	12.3.1. Vedações ao perfilamento para publicidade comercial	1486
11. A ADOÇÃO E O SEU REGIME JURÍDICO	1473	12.3.2. Vedações ao uso de análise emocional e tecnologias imersivas na publicidade.....	1487
1. Uma visão constitucional da adoção	1473	12.3.3. Vedações à monetização e impulsionamento de conteúdo sexualizado	1487
2. Generalidades sobre a adoção.....	1474	12.3.4. Vedações a <i>Loot Boxes</i>	1487
2.1. Noções conceituais.....	1474	12.3.5. Vedações a <i>Dark Patterns</i> (padrões obscuros)	1487
2.2. Dualidade de sistemas jurídicos.....	1474	12.3.6. Vedações ao uso de dados de verificação de idade para outras finalidades.....	1487
2.3. A relevância do consentimento e hipóteses de dispensa.....	1475	12.3.7. Vedações à autodeclaração simples de idade.....	1487
2.4. O estágio de convivência.....	1476	12.3.8. Vedações de sistemas pouco protetivos	1487
2.5. Legitimidade para a adoção.....	1476	12.3.9. Vedações de notificações que resultem em uso excessivo ou compulsivo	1487
2.6. A adoção unilateral e a adoção por duas pessoas.....	1477		
2.7. A adoção pelo par homoafetivo	1478		
2.8. A adoção “à brasileira”.....	1478		

12.3.10. Vedação da vigilância massiva pelo poder público.....	1488
12.4. Sintetizando o ECA Digital	1488

SUCESSÕES

Uma palavra introdutória: contextualizando a questão em nossos dias	1489
---	------

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS SUCESSÕES 1492

1. A sucessão enquanto fenômeno jurídico.....	1492
2. Objeto da sucessão hereditária (<i>causa mortis</i>): a transmissão patrimonial	1493
2.1. A transmissão das relações jurídicas patrimoniais em razão da morte do titular e a não transmissão das relações personalíssimas.....	1493
2.2. Exceções à regra da transmissibilidade das relações patrimoniais.....	1493
2.3. A questão da (in)transmissibilidade dos alimentos no campo sucessório.....	1495
2.4. A situação especial das obrigações <i>propter rem</i>	1495
2.5. Contas bancárias conjuntas	1495
2.6. Seguro de vida.....	1496
3. O direito das sucessões	1496
3.1. A sucessão na perspectiva constitucional	1496
3.2. A função social da sucessão	1496
3.3. Conteúdo do Direito das Sucessões.....	1497
4. Terminologias essenciais	1497
4.1. Autor da herança ou <i>de cujus</i>	1497
4.2. Sucessor: herdeiro ou legatário	1497
4.3. Herdeiro legítimo (necessário ou facultativo) e herdeiro testamentário.....	1498
4.4. A legítima (garantia mínima reservada aos herdeiros necessários)	1498
4.5. A preservação da legítima e a doação inoficiosa.....	1499
4.6. Herdeiro universal.....	1500
4.7. Herança e espólio.....	1500
4.8. Herança e meação	1500
4.9. Herança e a aceitação com benefício de inventário.....	1501
4.10. Inventário e partilha.....	1501
5. A desconsideração da personalidade jurídica no direito das sucessões	1502
6. O planejamento sucessório.....	1502

2. ELEMENTOS GENÉRICOS DO DIREITO DAS SUCESSÕES (A SUCESSÃO EM GERAL) 1504

1. Linhas gerais sobre a morte.....	1504
1.1. Sobre os efeitos jurídicos decorrentes da morte	1504

1.2. A morte real como regra do sistema jurídico brasileiro	1505
1.3. A morte real sem cadáver (a morte presumida sem a declaração de ausência)	1505
1.4. O direito à morte digna e o testamento vital (diretivas antecipadas ou <i>living will</i>)	1506
1.5. A comoriência	1507
1.6. A ausência como presunção de morte e a sua declaração judicial	1508
2. A transmissão automática da herança (abertura da sucessão)	1509
2.1. A abertura da sucessão	1509
2.2. Outros efeitos decorrentes da transmissão automática (<i>saisine</i>)	1510
2.2.1. Generalidades	1510
2.2.2. Fixação da norma material sucessória	1510
2.2.3. Verificação da legitimação sucessória	1511
2.2.4. Cálculo da legítima	1511
2.3. O lugar da sucessão e as regras de competência para processar e julgar o inventário ..	1512
3. A ordem de vocação hereditária e a legitimação para suceder.....	1513
3.1. Sobre a legitimação sucessória.....	1513
3.2. Momento para a aferição da legitimação sucessória.....	1513
3.3. A legitimação para suceder no Código Civil e a tutela sucessória do nascituro e do embrião laboratorial	1514
3.4. Legitimação para suceder por testamento....	1515
3.5. A falta de legitimação para a sucessão testamentária	1516
4. A indignidade e a deserdação.....	1518
4.1. Noções gerais e lineamento histórico sobre a indignidade e a deserdação	1518
4.2. Natureza jurídica da indignidade e da deserdação.....	1518
4.3. A questão do reconhecimento judicial.....	1518
4.4. Efeitos jurídicos decorrentes do reconhecimento da indignidade e da deserdação.....	1520
4.5. O indigno ou deserddado como um herdeiro aparente e a proteção de terceiros de boa-fé	1520
4.6. A indignidade.....	1521
4.6.1. Distinção comparativa entre indignidade e deserdação	1521
4.6.2. Hipóteses de cabimento	1521
4.6.3. Reabilitação do indigno (perdão do ofendido)	1523
4.7. A deserdação	1524
4.7.1. Pressupostos da deserdação.....	1524
4.7.2. Causas deserdativas dos herdeiros necessários.....	1525
4.7.3. A deserdação <i>bona mente (pro bono)</i>	1526
4.7.4. O perdão do ofendido (reabilitação do deserddado).....	1526

5. A cessão de direitos hereditários (cessão de herança).....	1527	3.5. Direito de cobrança de créditos	1542
5.1. Noções conceituais sobre a cessão de direitos hereditários	1527	4. A sucessão por direito próprio (por cabeça) e a sucessão por representação (por estirpe)	1542
5.2. Direito de preferência ou prelação	1527	4.1. Noções gerais sobre a sucessão por direito próprio e a sucessão por representação.....	1542
5.3. Requisitos para a cessão de direitos hereditários.....	1528	4.2. Campo de aplicação.....	1543
5.4. Extensão das responsabilidades do cedente e do cessionário	1529	4.3. Linhas de incidência da sucessão por representação	1543
5.5. Efeitos da cessão de direitos hereditários	1529	4.4. Pressupostos para a sucessão por representação.....	1544
6. A aceitação da herança	1529	4.5. Efeitos da sucessão por representação.....	1544
6.1. Noções conceituais	1529	5. A sucessão dos descendentes	1544
6.2. Aceitação da herança com benefício de inventário.....	1530	5.1. Generalidades sobre a sucessão dos descendentes	1544
6.3. Natureza jurídica da aceitação e as suas características (irrevogabilidade e irretratabilidade).....	1530	5.2. Regras fundamentais norteadoras da sucessão dos descendentes	1545
6.4. Integralidade da aceitação	1530	5.3. A sucessão dos descendentes e a tese da pluripaternidade	1545
6.5. Formas de aceitação da herança	1531	6. A sucessão dos ascendentes.....	1546
6.6. Direito de deliberar sobre a aceitação da herança	1531	7. A sucessão do cônjuge.....	1547
7. A renúncia da herança.....	1532	7.1. Generalidades sobre a sucessão do cônjuge	1547
7.1. Generalidades e noções conceituais	1532	7.2. A sucessão do cônjuge na sistemática do Código Civil	1547
7.2. Requisitos da renúncia da herança.....	1532	7.3. A exclusão sucessória do cônjuge na hipótese de separação de fato.....	1547
7.3. Efeitos da renúncia da herança.....	1533	7.4. A concorrência do cônjuge com os descendentes do autor da herança.....	1548
7.4. Natureza jurídica e características (a irrevogabilidade e anulabilidade da renúncia).....	1534	7.4.1. A correlação entre a concorrência sucessória do cônjuge e dos descendentes e o regime de bens do casamento do falecido (hipóteses de exclusão do direito à herança).....	1548
7.5. Impossibilidade de prejuízo aos credores do renunciante (limitações à liberdade de renunciar).....	1534	7.4.2. A ilógica concorrência do cônjuge casado no regime de separação absoluta de bens com os descendentes do falecido.....	1549
7.6. Descaracterização da renúncia (inadmissibilidade de renúncia translativa)	1535	7.4.3. Base de cálculo do direito hereditário do cônjuge na concorrência com descendentes	1550
8. A petição de herança.....	1535	7.4.4. Percentual sucessório cabível ao cônjuge na concorrência com os descendentes	1551
8.1. Noções gerais sobre a petição de herança	1535	7.5. A concorrência do cônjuge com os ascendentes do autor da herança.....	1552
8.2. Natureza jurídica da ação de petição de herança	1536	7.6. O cônjuge como herdeiro universal (sucessão do cônjuge sem concorrência).....	1552
8.3. Legitimados para a ação de petição de herança.....	1536	7.7. O direito real de habitação do cônjuge.....	1552
8.4. O objeto da petição de herança.....	1537	8. A sucessão dos companheiros	1554
8.5. A prescritibilidade da pretensão de petição de herança	1537	9. A sucessão dos colaterais	1555
8.6. Efeitos da petição de herança.....	1538		
8.7. A petição de herança e o herdeiro aparente	1538		
3. A SUCESSÃO LEGÍTIMA (A SUCESSÃO OPERADA POR FORÇA DE LEI)	1539	4. A SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA (A SUCESSÃO DE ACORDO COM A VONTADE DO TITULAR DO PATRIMÔNIO).....	1557
1. Noções gerais sobre a sucessão legítima.....	1539	1. Noções conceituais, objeto e características do testamento.....	1557
2. A ordem de vocação hereditária como referência da sucessão legítima.....	1540		
3. A herança jacente e a herança vacante.....	1540		
3.1. Generalidades: a sucessão sem herdeiro legítimo ou instituído.....	1540		
3.2. A herança jacente	1541		
3.3. A herança vacante	1541		
3.4. Abertura simplificada da vacância	1542		

1.1. Noções conceituais sobre o testamento	1557	6. A redução das cláusulas testamentárias.....	1581
1.2. O objeto do testamento e as possibilidades de outras disposições de vontade	1558	7. O direito de acrescer	1582
1.3. A função promocional do testamento (possibilidade de disposições existenciais em testamento): atos de disposição do próprio corpo, disposições de carga genética e manifestações literárias biográficas <i>post mortem</i>	1559	7.1. O direito de acrescer no campo sucessório..	1582
1.4. A natureza não testamentária do testamento vital (<i>living will</i> ou diretivas antecipadas)	1560	7.2. Condições exigidas para o direito de acrescer entre coerdeiros	1583
1.5. Características fundamentais do testamento	1560	7.3. Condições exigidas para o direito de acrescer entre colegatários.....	1583
1.6. A proibição do pacto sucessório	1561	7.4. Direito de acrescer no legado de usufruto....	1584
2. Capacidade testamentária.....	1562	8. O testamenteiro.....	1584
2.1. Lineamentos gerais.....	1562	8.1. Noções gerais	1584
2.2. A capacidade testamentária ativa (legitimação para testar).....	1562	8.2. Funções do testamenteiro	1585
2.3. Momento de verificação da capacidade testamentária ativa	1564	8.3. Aceitação do encargo pelo testamenteiro....	1585
2.4. A capacidade testamentária passiva (a legitimação para suceder)	1564	8.4. Remuneração do testamenteiro	1585
2.5. Prazo para a impugnação do testamento....	1564	9. A substituição testamentária.....	1586
3. As diferentes formas testamentárias	1565	9.1. Sobre a possibilidade de substituição testamentária	1586
3.1. Referências gerais.....	1565	9.2. Espécies de substituição testamentária previstas no direito brasileiro.....	1586
3.2. As testemunhas testamentárias.....	1565	9.3. A substituição vulgar ou ordinária.....	1586
3.3. Testamento público	1566	9.4. A substituição recíproca.....	1587
3.4. Testamento cerrado, secreto ou místico	1568	9.5. A substituição fideicomissária.....	1587
3.5. Testamento particular ou holografo (inteiramente escrito pelo testador)	1569	10. Invalidez, caducidade, revogação e rompimento do testamento.....	1589
3.6. Testamentos especiais: marítimo/aeronáutico	1570	10.1. Noções gerais sobre a extinção do testamento	1589
3.7. Testamentos especiais: militar	1571	10.2. Extinção do testamento por invalidez	1589
3.8. A exigência de prévia autorização judicial para cumprimento de testamentos	1571	10.3. Caducidade do testamento.....	1590
4. O codicilo.....	1572	10.4. Revogação do testamento.....	1590
4.1. Noções conceituais.....	1572	10.5. Rompimento do testamento.....	1591
4.2. Objeto do codicilo	1573	5. INVENTÁRIOS E PARTILHAS	1593
4.3. Revogação do codicilo.....	1574	1. Noções gerais sobre o inventário	1593
5. As cláusulas testamentárias.....	1574	2. O procedimento de inventário.....	1594
5.1. Introdução: as disposições testamentárias....	1574	2.1. O procedimento contencioso de inventário.	1594
5.2. A nulidade das cláusulas derogatórias.....	1575	2.2. O inventário negativo	1594
5.3. Cláusulas testamentárias submetidas aos elementos acidentais (condição, termo e encargo).....	1575	2.3. Os diferentes procedimentos de inventário..	1594
5.4. Interpretação das disposições testamentárias.....	1576	2.4. O procedimento tradicional de inventário....	1595
5.5. Invalidez das disposições testamentárias....	1577	2.5. O arrolamento sumário.....	1595
5.6. Nomeação por certo motivo.....	1578	2.6. O arrolamento comum (ou arrolamento sumaríssimo)	1596
5.7. Cláusulas testamentárias restritivas	1578	2.7. O inventário extrajudicial	1596
5.7.1. Generalidades	1578	2.8. O alvará judicial.....	1598
5.7.2. Extensão do poder de clausular do testador: a parte disponível e a legítima.....	1579	2.9. A partilha por ato entre vivos.....	1599
5.7.3. Mitigação das cláusulas restritivas ...	1580	3. Competência.....	1599
5.7.4. Extensão temporal da cláusula restritiva.....	1581	4. Prazo de abertura	1600
		5. Legitimidade para a abertura do inventário.....	1601
		6. Valor da causa e custas processuais.....	1602
		7. Questões de alta indagação.....	1602
		8. O inventariante.....	1603
		8.1. Noções gerais	1603
		8.2. A nomeação do inventariante.....	1603
		8.3. A inventariança e a representação do espólio	1604
		8.4. As atribuições	1605

8.5. A remoção e a destituição do inventarian- te	1605	9.10.1. Generalidades	1610
9. O procedimento (comum) de inventário	1606	9.10.2. Alcance subjetivo da colação	1611
9.1. Generalidades	1606	9.10.3. Cálculo do bem a ser colacionado	1611
9.2. Petição inicial	1606	9.10.4. Dispensa da colação	1611
9.3. As primeiras declarações e as científicas (citações e intimações)	1607	9.11. A partilha	1612
9.4. Intervenção do Ministério Público	1607	9.11.1. Noções conceituais	1612
9.5. Impugnações	1607	9.11.2. Espécies de partilha	1612
9.6. Avaliações	1608	9.11.3. A anulação e a rescisão da decisão de partilha	1613
9.7. As últimas declarações e o recolhimento tributário	1608	9.11.4. A emenda da partilha e a sobrepilha	1614
9.8. Pagamento das dívidas do falecido	1609		
9.9. Sonegados	1609		
9.10. Colação e redução das doações inoficiosas	1610		

BIBLIOGRAFIA